

PUC

MIRIAM LANGENBACH

A PSICOLOGIA APLICADA NO RIO DE JANEIRO

INÍCIO DE UMA PROFISSÃO

(1938 - 62)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 01 de março de 1982.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Pua Marquês de São Vicente, 225 - CEP 22453

Rio de Janeiro — Brasil

BC
~~ESP~~ - PUC

DOAÇÃO

MIRIAM LANGENBACH

A PSICOLOGIA APLICADA NO RIO DE JANEIRO

INÍCIO DE UMA PROFISSÃO

(1938 - 62)

Dissertação aprensetada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Anamaria Ribeiro Coutinho

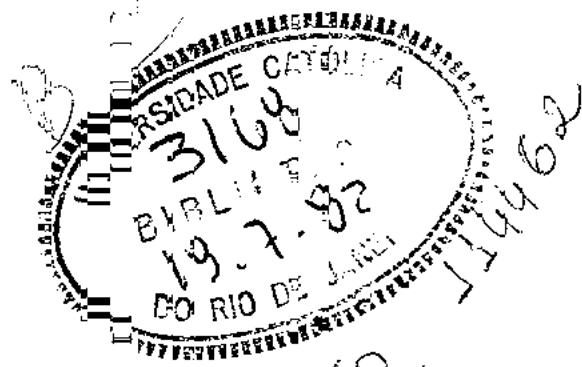
Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 01 de março de 1982.

7007

BT-4067-9



150
L285
TESE UE

ESC 7

A André e Cecília

MEUS AGRADECIMENTOS:

- A Anamaria Ribeiro Coutinho, pelo acompanhamento amigo.
- A Franco Seminério pelo estímulo e interesse mostrados.
- A todos os entrevistados pela boa vontade e colaboração. De modo especial à Alice Mira de Galland, Jaime Grabois e Fanny Tchaikowski por terem colocado à disposição documentação senão inacessível.
- A Arlete, Cristina, Márcia e Sandra, meu grupo de pesquisa, pela possibilidade de compartilhar a busca, com suas dúvidas e angústias.
- A APPRJ, atual sindicato, por ter-me despertado para a importância do tema.
- A Val pela datilografia.

RESUMO

25 anos da história da psicologia aplicada no Rio de Janeiro, mais especificamente da psicologia do trabalho, que corresponderam ao início da profissionalização.

Focalizam-se o profissional psicólogo - na época psicotécnico e sua prática: em que contexto se inseria, como sua ação era vista, a que desdobramentos levou.

Como práticas mais significativas nesta época, são vistas a orientação e seleção profissional, tendo a primeira funcionado como uma ponte para o posterior exercício da psicologia clínica. A preocupação predominante é além da caracterização de um certo momento histórico, o esclarecimento de questões atuais relativas ao psicólogo e sua identidade; tais como: sua inserção numa sociedade de classes, como esta questão é percebida pelo profissional, seu ideal profissional.

ABSTRACT

25 years of the history of applied psychology in Rio de Janeiro, more specifically of industrial psychology, which corresponded to the beginnings of professionalization.

The focus falls on the psychologist as professional - at that time the "psicotécnico" and his praxis: in which context it was inserted, how his action was understood, what was its evolution. As most significant works of the time are seen professional orientation and selection, the former in fact worked as a connection with further action in clinical psychology.

The dominant interest is to characterize a certain historical moment, as well as clarify questions which are modern, referred to the psychologist and his identity. Questions as: being inside class society, how this is perceived by the professional himself, the professional ideal.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	1
O SURGIMENTO DO PSICÓLOGO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	4
A EXPERIÊNCIA PSICOTÉCNICA INICIAL DE SÃO PAULO	
AS PRIMEIRAS TENTATIVAS NO RIO DE JANEIRO	23
A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	46
A SELEÇÃO	59
A FORMAÇÃO	75
A REGULAMENTAÇÃO	101
CONCLUSÕES	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é tentar reconstruir um trecho da história do psicólogo no Rio de Janeiro, que ainda se encontra próximo - trata-se de uma geração anterior à nossa - mas talvez pelo desenrolar rápido dos acontecimentos, parece muito distante. O estudo começa nos anos 30, terminando no início dos 60: inclui o surgimento dos primeiros trabalhos em psicologia, indo até a regulamentação, já que esta representou um marco que iria determinar novos rumos para a profissão.

Tomei como referência instituições que desenvolveram a psicologia aplicada, recebendo a psicologia do trabalho especial ênfase. Isto primeiramente na medida em que a prática psicológica - com a teoria subjacente - foi determinante para o surgimento do psicólogo. E as primeiras práticas se deram ligadas ao trabalho e à educação. Não quero com isto minimizar a importância de trabalhos psicológicos realizados em outras áreas, como a medicina ou o direito. Mas uma das preocupações predominantes nesta tese foi a de recortar o profissional psicólogo e sua ação: quando, onde o por que começou. O que ficou claro é que o espaço onde o futuro psicólogo pode atuar mais significativamente foi na seleção, na orientação profissional dentro do sistema escolar (principalmente o de tipo profissionalizante), na burocracia, na rede de serviços (como por exemplo os transportes), e na produção. Neste sentido quem se destacou de modo especial foram os "psicotécnicos", que foram os precursores dos psicólogos. Sua atuação teve muita importância para a posterior configuração e identidade do profissional.

Será vista a ligação da prática com uma certa demanda que se inseria dentro de um contexto sócio-econômico com características específicas importantes de serem registradas.

Este tipo de trabalho ainda pouco existe entre nós. Talvez por estarmos imersos nos aspectos técnicos e executivos da nossa profissão, que nos possibilita pouco este tipo de afastamento. E se afastar também é arriscado, na medida em que nossa atividade fica relativizada, questionada, problemática. Além dos problemas práticos que este tipo de pesquisa enfrenta: acesso a arquivos, documentos desaparecidos, pessoas não encontráveis.

Ao afirmar que é um tipo de trabalho ainda raro entre nós, psicólogos brasileiros, quero destacar alguns trabalhos que funcionaram como contribuições significativas para esta reconstrução: penso de modo especial em Lucrenio Filho (1950) e Anita Cabral (1950), que laboriosa e detalhadamente deixaram o registro dos trabalhos iniciais de psicologia. Vejo em Silvia Leser de Mello (1975) a primeira tentativa feita por psicólogo no Brasil de analisar mais profundamente nossa profissão, discutindo aspectos relativos a mercado de trabalho, identidade e ideologia profissional.

Foram deixadas de fora algumas instituições, serviços, trabalhos significativos: como lacuna mais grave fica a ausência de registro da psicologia desenvolvida nas Forças Armadas, que desde cedo se interessaram pela questão. Também trabalhos realizados dentro do Ministério do Trabalho. Ambos pela sua complexidade, que exigia um aprofundamento além das possibilidades. Também não puderam ser incluídas o CEPA (Centro de Psicologia Aplicada), IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), Light, Petrobrás, etc em função dos limites de tempo.

Vejo como uma das principais funções desta tese estimular novos trabalhos, suscitar desdobramentos, aprofundamentos, questionamentos, servir como ponto de referencia para análises futuras.

Para este trabalho foram utilizados os seguintes dados: entrevistas com Psicólogos que participaram de modo significativo: levantamento das revistas e boletins mais relevantes referentes ao

assunto; e ainda material jornalístico.

O panorama histórico será dado progressivamente através dos diferentes capítulos, sendo colocadas simultaneamente algumas reflexões.

Assim, no primeiro capítulo é colocada uma visão geral do desenvolvimento da prática psicológica nos países desenvolvidos, já que o Brasil reproduziu esta prática.

O 2º capítulo trata do 1º núcleo paulista de psicotécnicos e de sua atuação junto ao ensino profissionalizante. Também são vistos os primeiros ensaios realizados na burocracia da capital federal durante o Estado Novo, e sua evolução.

O 3º capítulo descreve a orientação profissional desenvolvida no Rio de Janeiro na década de 50, a partir de certas instituições consideradas representativas. Há uma discussão sobre sua evolução dando origem a uma nova especialidade pedagógica, e significando um espaço de ensaio para uma posterior atuação em psicologia clínica.

O 4º capítulo mostra a seleção implantando-se no Rio de Janeiro, especialmente através de situações polêmicas e conflituosas.

No 5º capítulo é discutida a formação, através de instituições como o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, o ISOP, o SENAC, e o Instituto de Psicologia da PUC/RJ. É visto como o grupo de psicotécnicos de certo modo pressionou o meio universitário a se organizar.

No último capítulo é vista a regulamentação, predominantemente do ângulo dos psicotécnicos, seus esforços no sentido de conseguí-la.

Nas conclusões são levantados alguns pontos em certa medida já colocados nos capítulos anteriores.

1 - O SURGIMENTO DO PSICÓLOGO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Neste capítulo, a proposta é situar o surgimento da psicologia aplicada nos países desenvolvidos, acompanhando esta implantação até a 2a. Guerra Mundial. Serão abordados apenas os países capitalistas, na medida em que o foco do estudo - a situação carioca - está inserido dentro deste sistema.

A prática psicológica é um produto da Revolução Industrial. Prática psicológica enquanto compreendendo a utilização de métodos psicológicos em diferentes setores da vida de um povo, configurando uma atividade profissional.

O início de uma prática psicológica significou uma ruptura com a psicologia existente até então - ramo da filosofia, atividade especulativa, restrita a círculos acadêmicos e filosóficos. Este tipo de ruptura possivelmente foi mediatizada e solicitada pela industrialização, já que esta foi revolucionária em vários sentidos.

Primeiramente o campo deixou de ser o eixo econômico dos países desenvolvidos, passando a sê-lo as cidades, que assumiram novo papel enquanto congregadoras de força de trabalho para a produção. Esta mudança determinou um movimento de emigração, de êxodo do campo para as cidades, que aumentaram em número e densidade espantosamente. Este movimento já começara séculos antes, mas se intensificou e acelerou nos séculos XIX e XX. As cidades, por sua característica coletiva, suscitaram uma série de necessidades, especialmente de tipo serviço, quanto a saúde, educação, saneamento, habitação, exigindo o aparecimento de certo tipo de profissional que se fizesse cargo destes assuntos.

O homem não só passou a viver predominantemente nas cidades, como sua forma de trabalhar sofreu uma revolução: o trabalho passou a ser coletivo, em construções especialmente feitas para a

produção, junto a máquinas que exigiam dele novos comportamentos. O ritmo de trabalho se modificou, havendo limites de tempo precisos, com intervalos também pré-fixados de descanso, diferentemente do ritmo autodeterminado anterior. O processo de trabalho se dividiu, e o trabalhador deixou de realizá-lo, acompanhá-lo e consequentemente conhece-lo do início ao fim: a produção foi subdividida em infinitos segmentos, que passaram a ser executados por diferentes trabalhadores, havendo ignorância em relação ao produto final, ou ao seu destino.

Estreitamente vinculada à revolução industrial e seus efeitos estava o sistema capitalista de produção. A questão da acumulação do capital, o lucro, a força de trabalho livre para se tornar assalariada e desligada da posse dos meios de produção, passando a estar na mão de outra classe, uma tendência à coletivização a partir da própria forma de trabalho, foram características importantes da industrialização capitalista, que cercaram também de imediato o novo profissional e sua prática.

Neste contexto, há dois aspectos importantes que justificam o aparecimento do psicólogo. Por um lado, uma produção crescente tornou-se eixo de fundamental interesse, uma produção que acompanhasse o ritmo cada vez mais acelerado das máquinas. Isto implicava em incluir o homem como um dos fatores importantes para conseguir este aumento constante da produção. A produtividade desejada representava lucro, acumulação de capital e prosperidade para a classe dominante.

Por outro lado, tornava-se imperioso o controle ideológico sobre uma grande massa populacional, que a partir de uma consciência de classe, passava a se organizar, tornando-se potencialmente um risco e uma ameaça para a classe dominante.

Consequentemente a psicologia surgiu junto ao operário no posto de produção, ou então junto a crianças e adolescentes, espe-

cialmente em situações de aprendizagem. Isto porque a instituição escolar passou a ser um elemento chave.

Braverman (1980), assim descreve o papel da escola:

"Com o desaparecimento da fazenda e da aldeia como as principais arenas de educação infantil, a responsabilidade pelo cuidado e socialização das crianças tornou-se cada vez mais institucionalizada. O requisito mínimo para funcionar num ambiente moderno - tanto como trabalhadores quanto como consumidores - é comunicado às crianças num aparelho institucional mais do que na família ou que na comunidade. Ao mesmo tempo, o que a criança deve aprender já não mais é uma adaptação ao trabalho lento e temporário no meio natural imediato, mas uma adaptação à veloz e intrincada maquinaria social, que não é apropriada à humanidade social em geral, exceto o indivíduo, mas dita as fases da produção, do consumo, da sobrevivência e do divertimento. Seja qual for o conteúdo educacional no currículo, é nesse sentido não tanto o que a criança aprende que é importante, quanto que ele ou ela se torne sábia para alguma coisa. Na escola, a criança e o adolescente praticam aquilo para que mais tarde serão chamados a fazer como adultos: a conformidade com as rotinas, a maneira pela qual deverão arrancar das máquinas em rápido movimento o que desejam e querem". (p.245)

A educação tornou-se tão necessária, na medida em que era o principal veículo para a preparação da mão de obra, isto nos diferentes níveis: desde um nível não especializado, que precisava conhecer as 4 operações, rudimentos de escrita, passando pelo operário especializado que precisava um aprendizado mais específico, para terminar no técnico ou profissional de nível superior, com um papel de chefia, de gerencia.

Althusser coloca isto claramente

"Ora, o que se aprende na escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira aprende-se a ler, a escrever, a contar, portanto algumas técnicas, e ainda

muitas coisas mais, inclusive alguns elementos de "cultura científica" ou "literária" diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc. Aprendem-se portanto os "saberes práticos").

Ainda se baseando em Althusser, não é só ao nível da informação e do conhecimento para a prática que a escola tem sua função, como também em termos do controle ideológico, isto é, no sentido de uma assimilação nela população em geral dos valores de uma classe dominante. Isto possibilita à classe dominante uma adesão da classe dominada que incorpora estes como valores universais, mantendo sua submissão.

Estes pontos foram levantados, na medida em que o palco das primeiras ações do profissional psicólogo foi o mundo da escola e da fábrica. Parece que neste contexto surgiu primeiro a necessidade de um profissional que pudesse basicamente avaliar características psicológicas, partindo de um referencial mensurável.

Desde o início, o novo profissional - o psicotécnico - estava estreitamente vinculado à prática, como fica nítido pela definição dada pela Associação Internacional de Psicotécnica: (Lourenço Filho, 1948):

"aplicação dos métodos da psicologia experimental à realização de fins práticos, em todas as esferas da vida humana, individuais e sociais".

Ou do dicionário de psicologia de English (idem):

"aplicação dos princípios da psicologia ao controle de comportamentos, especialmente para fins práticos".

O próprio Lourenço filho assim define:

"os domínios de aplicação podem ser portanto os mais diversos. Pode-se falar numa psicotécnica da educação como da medicina, do trabalho, como do comércio, e mais especificamente de uma psicotécnica didática, de uma psicotécnica da orientação pro-

fissional ou da seleção, de uma psicotécnica da compra e venda, ou de uma psicotécnica da propaganda dos sabonetes. A essência da idéia está na aplicação de princípios relativos ao comportamento humano a fins práticos ou a técnicas operatórias a que a compreensão psicológica forneça elementos de precisão.

A ênfase na prática, na intervenção direta, a preocupação em controlar e modificar o comportamento humano são fatores constituintes do novo profissional que surgia.

Os laboratórios que surgiram no fim do século XIX - a partir do laboratório de Wundt - nos países desenvolvidos, com sua preocupação em mensurar, em observar o comportamento, em conhecer as diferentes funções mentais (percepção, atenção, memória, etc.) funcionaram como uma ponte para a psicologia aplicada.

As palavras de Muensterberg são esclarecedoras a este respeito: (Muensterberg, 1914):

"Es nuestro proposito esbozar los elementos de una nueva ciencia que ha de ocupar puesto entre la moderna psicología de laboratorio y los problemas de la economia, poniendo al servicio del comercio y de la industria el experimento psicológico". (p.1)

Muensterberg comenta como este processo encontrou obstáculos, já que muitos achavam que: (Muensterberg, 1914):

"La nueva ciencia psicológica exige antes de entregar alguna conclusion a la voragine de la vida practica, una cierta madurez de los procedimientos ya devidamente depurados".

"Nacian en medio de la vida cotidiana, ciertas necesidades cada vez mas importantes; asi los maestros y los médicos especialmente, luego los abogados, vinieron a solicitar el auxilio de la psicologia aplicada". (p.1)

Evidentemente por trás da prática que se iniciava, havia abordagens teóricas que a fundamentavam. Vemos as idéias de Darwin, com a ênfase nas diferenças individuais e na herança, na questão da seleção natural para a sobrevivência dos mais aptos, na adaptação de

animais e seres humanos, vistos como um contínuo, como um elemento estruturador da prática. Assim também as idéias funcionalistas, com o interesse pelo comportamento e suas possibilidades de mensurá-lo. O estruturalismo, por sua ênfase na experimentação, seu rigor metodológico, forneceu elementos significativos para o desenvolvimento da psicologia aplicada.

Como se efetuou a prática inicial dos psicotécnicos?

O teste foi seu grande instrumento: na escola passou-se a enfatizar a pesquisa e a aplicação de testes que medissem a inteligência e outras aptidões para poder discriminar adequadamente as crianças normais das que estariam atrasadas no seu desenvolvimento. Isto por sua vez estava relacionada com a aplicação da educação para as massas populares, tornando-se inclusive o ensino elementar obrigatório em uma série de países. (M. Reuchlin, 1971). Esta ampliação colocou a necessidade de maior estruturação da escola, e da seleção dos elementos que nela ingressassem em função de certas aptidões, especialmente as de tipo intelectual. Critérios psicológicos passaram a excluir crianças do processo educacional. Isto na época certamente representava um avanço, já que pelos critérios anteriores a escola explicitamente só era acessível à elite.

Como exemplos desta inovação, houve em 1904 a criação do primeiro instrumento formal para avaliação da inteligência por Binet. Este integrou uma comissão do Ministério de Instrução Pública, reunida para encontrar formas adequadas de discriminação das crianças anormais das retardadas. No mesmo ano, na Inglaterra, criou-se a "Royal Commission on the care and control of the feeble-minded". Se bem que esta segunda comissão tivesse uma proposta mais ampla, ambas tinham em comum a preocupação com o diagnóstico do retardo e de sua gravidade, em função da organização do sistema escolar.

Outra atividade do psicotécnico, ligada ainda a aprendizagem

foi a orientação profissional. Baseava-se no estudo e medida das aptidões, partindo simultaneamente de um conhecimento da profissão e das características nela envolvidas. Desde o início do século XX houve um movimento no sentido de encaminhar adequadamente os adolescentes para uma profissão, utilizando para isto métodos psicométricos.

Mas a orientação profissional também surgiu com a proposta antes vista. Como mostrou Reuchlin (1971), favorecia os empregadores encontrarem mais rapidamente e de modo mais fácil os aprendizes melhor dotados, numa etapa em que o maquinismo tinha tornado certos postos mais difíceis de serem obtidos, já que a automação ainda não era uma realidade. Além disso, ele atribuiu o apoio dado por organismos patronais às primeiras instituições de orientação ao fato de estas representarem uma possibilidade de uma melhor adaptação de cada trabalhador a seu emprego, um fator de "ordem social".

Binet fez uma observação que confirma isto, ao apresentar o volume do *Année Psychologique* de 1908 (Reuchlin, 1971):

'Nós focalizaremos particularmente as aptidões das crianças em relação às profissões as quais se destinam, e de acordo com nosso colaborador Imbert, achamos que neste campo se pode fazer muito para melhorar as relações dos trabalhadores e patrões; e para ajudar para a solução da questão operária, orientando as crianças, desde a escola, para as profissões para as quais são mais aptas, diminuindo assim, por esta profilaxia profissional, o número de sujeitos mal adaptados, que se tornam necessariamente marginais, infelizes ou revoltados". (p.42)

Muensterberg, em sua obra clássica, aborda esta questão, ressaltando o desconhecimento que os jovens tinham de si próprios. Via a escolha profissional como um momento muito significativo, que geralmente ocorria de modo aleatório. Isto resultaria em cargos sem

possibilidade de serem adequadamente preenchidos, e na queixa de falta de homens adaptáveis:

"Duro es el castigo que el propio cuerpo social padece por no haber intentado ni el menor esfuerzo en plantear de modo ordenado el problema fundamental de la elección de profesion y de la adaptación psíquica del individuo. Es indudable que todo progreso en tal sentido habrá de redundar en pro de ambas as partes, tanto de los que piden como de los que necesitan; de los patronos que mejorarian el resultado y las condiciones de trabajo; de los que anhelan ejercitar sus energias, que hallarian mediante la cuidadosa elección de los caracteres mentales individuales, segun cada profision, no solo una perspectiva de exito material, sino ante todo, la alegria por el trabajo y el armonioso desenvolvimiento de la personalidad".

Nesta etapa inicial, a orientação profissional era feita predominantemente com aprendizes, vinculada como estava ao ensino profissionalizante.

Vejamos a trajetória da orientação profissional em vários países na Europa: na Itália, Ugo Pizzoli, desde 1901 fez exames testando aptidões em aprendizes, e alguns anos mais tarde (1920) criou o Gabinete de Psicotécnica, que também fazia orientação profissional. Em 1902, Lippmann fundou em Munique um escritório de orientação profissional. Em 1908, na Bélgica, Christiaens fundou, juntamente com Decroly, um gabinete de orientação, ocupando-se do exame profissional dos aprendizes industriais. Isto se deu simultaneamente, se bem que com total independência - com a criação do Gabinete de Orientação Profissional em Boston por Frank Parsons. No fim da 1ª Guerra Mundial, Claparède instituiu, junto com Bovet, o Gabinete de Orientação Profissional do Instituto Jean Jacques Rousseau, em Genebra. Na mesma época (1918) em Barcelona foi fundado o Instituto de Orientacion Profesional, primeiro do gênero na Espanha, que mais tarde foi dirigido por Mira y Lopez (um ano mais tarde). Em 1922 foi criado o Insti

tuto de Orientação Profissional em Madrid.

Na Europa parece que nesta primeira etapa, a Alemanha e Espanha se destacaram em termos da orientação profissional, havendo inclusive uma vinculação com o Estado. Chleusebairgue (1934), descreve como estavam estruturados em unidades ligadas ao Estado, que funcionavam com bastante autonomia. Em 1933 foram registradas 50 destas unidades. Já na Inglaterra, o National Institute é caracterizado como centralizador, possuindo uma série de unidades inclusive nas colônias.

Nos Estados Unidos, a questão pareceu ter tido atenção bastante grande, inclusive de órgãos ligados diretamente ao comércio: assim a Câmara de Comércio de Boston realizou em 1910 uma Conferência Nacional de Orientação Profissional, que em 1912 foi repetida. Em 1913 foi criada a National Vocational Guidance Association, que colocou os principais parâmetros e referências sobre a orientação profissional.

Quanto ao mundo da fábrica mais diretamente, a atuação do psicotécnico foi preparada pela "administração científica", movimento ligado às idéias de Taylor, que buscavam uma maior racionalização do processo produtivo. Suas idéias se ligavam principalmente a um planejamento do trabalho, ficando este estudo a cargo de outro profissional que não o próprio trabalhador. A este profissional caberia estudar o processo de trabalho, cronometrando, registrando suas facetas, no sentido de acelerá-lo e efficientizá-lo. A análise dos movimentos e a busca de sua economia era tema importante de pesquisa. Taylor foi um dos fundadores da gerência. Enfatizava "os hábitos certos de utilizar os métodos certos". Já falava da necessidade de se selecionar os homens certos para os lugares certos.

A introdução crescente dos métodos da administração científica, com sua idéia implícita de que valia a pena investir no es-

tudo do processo produtivo, criaram um clima propício a introdução da pesquisa psicológica e do novo tipo de profissional (Baritz, L. 1965).

Parece que por outro lado, o parentesco com a administração científica gerou protestos. Segundo Reuchlin (1971) baseando-se em dois argumentos:

1) do ponto de vista científico, a busca seria em termos de leis gerais, buscando a unidade do comportamento. Seria negada realidade psicofisiológica aos movimentos elementares.

2) Ideologicamente, colocar-se tão claramente a serviço do patronato era mal visto, enfatizando-se a necessidade de se trabalhar a um nível geral; o clima de suspeita e pressão sobre o trabalhador seriam incompatíveis com um estudo científico. Estimular o trabalhador através de prêmios ao ponto de uma fadiga excessiva era visto como um procedimento inadmissível.

Assim como com a orientação profissional, a seleção ocorreu de um modo mais significativo nos Estados Unidos, o que se devia ao seu processo de potencia crescente, com uma industrialização muito intensa, núcleo central do capitalismo.

Quanto ao trabalho dentro da fábrica, algumas referências históricas: na França se destacou de modo muito pregnante Lahy, que já a partir de 1905 se preocupava com o problema de seleção de operários para a fábrica de automóveis Peugeot. A partir de 1908 organizou um serviço de seleção dos condutores em uma companhia de bondes, prelúdio da fundação em 1924 do Laboratório de Psicotécnica da Sociedade dos Transportes em Geral de Paris (Pieron 1958). Parece que na França e em outros países da Europa, a psicotécnica teve papel relevante junto às comunicações: em 1932 Lahy criou o laboratório da estrada de Ferro do norte da França. Na Itália destacou-se Gemelli, principalmente em relação à seleção de aviadores.

Na Alemanha foram marcantes as experiências de Moede comparando as conclusões do exame psicotécnico de operários com alguma prática, com o conceito que eles tinham junto aos contramestres.

Nos Estados Unidos Muensterberg foi pioneiro, através dos seus textos sobre o assunto, assim como fazendo seleção para representantes da American Tobacco Company e para motoristas da Boston Elevated Company. Nuensterberg já fizera seleção de telefonistas e motorneiros em Berlim em 1906. Uma série de testes projetados por ele foram utilizados pelo sistema de transportes urbanos de Dallas para seus motoristas (em Baritz, 1965, p.38). Outro psicotécnico que trabalhou muito com a seleção foi Walter Dill Scott, que foi cons^ultor da American Tobacco, tendo seu trabalho estimulado empresas como a National Lead Company, Estern Eletric, Loose-Wiles Biscuit Company, George Batten (firma de publicidade) a instalarem o teste psicológico.

Tanto Scott quanto Nuensterberg estavam ligados à Universidade (Nuensterberg à Harvard, Scott à Northwestern), reunindo a pesquisa com os interesses da empresa.

A primeira Guerra Mundial nos Estados Unidos desenvolveu muito a seleção, já que a preocupação predominante era conseguir selecionar e aproveitar adequadamente a força militar através de testes. A psicologia, restrita até então a algumas empresas, teve a possibilidade de se ampliar, de experimentar novas formas. Em 1916, ligada ao Conselho Nacional de Pesquisas, surgiu uma comissão para psicologia, que basicamente se preocupou em encontrar formas de utilizar a psicologia nos problemas ligados à seleção e treinamento de pessoal das Forças Armadas (Baritz, L., 1965). Esta comissão foi incumbida de criar um teste de inteligência, e a partir de estudos sobre dezenas de testes, foi adaptado o Otis, criando-se o Army Alpha. Este teste foi posteriormente aplicado em praticamente todo o

Exército, isto é, em 1.727.000 homens, dos quais 41.000 eram oficiais. Na aplicação aproveitou-se pessoal das próprias Forças Armadas. A experiência de guerra fortaleceu a psicologia aplicada nos Estados Unidos, inclusive junto a opinião pública. Os empresários passaram a reconhecer mais do que antes sua utilidade.

Depois da primeira Guerra Mundial, mais especificamente na Inglaterra criou-se o National Institute of Industrial Psychology (1921), que surgiu por sua vez do industrial Fatigue Research Board, existente durante a Guerra. O Instituto recém criado possuía uma seção de investigações efetuadas nas indústrias, além de subseções de orientação profissional, e de seleção. Parece que na Europa houve uma aproximação muito maior dos psicólogos industriais com os trabalhadores e seus sindicatos, do que nos Estados Unidos, dando-se muita importância à sua aceitação da nova modalidade de serviço. Neste sentido, se empenharam em explicar e conscientizar a população sobre psicologia industrial. A BBC apresentou uma série de palestras de cunho popular sobre psicologia industrial, a psicologia industrial passou a ser oferecida como matéria na London School of Economics. Pessoal do Instituto fez palestras em sindicatos e Rotary. Muitas das Universidades (Birmingham, Edinburgh, Liverpool, Cambridge, Manchester e Londres) passaram a ter cadeiras sobre o assunto.

Na Alemanha, durante a Guerra, se usou testagem para seleção de motoristas. A Estrada de Ferro da Saxonia e a Estrada de Ferro de Berlim passaram a ter seus gabinetes de Psicotécnica, principalmente para seleção. Em 1922, 22 empresas alemãs tinham laboratórios, número que duplicou um ano mais tarde. Uma série de institutos de psicologia industrial surgiram nas principais cidades alemãs, geralmente ligados às Universidades ou escolas técnicas, algumas sendo sustentadas por empresas particulares.

Mesmo o fim da guerra, e a situação de depressão financeira não minorou a crença nas possibilidades da psicologia industrial, que era vista como uma saída para a reconstrução industrial nacional. Até os sindicatos alemães apoiaram a psicologia industrial: vários sindicatos berlinenses fizeram contribuições anuais para o Instituto Psicotécnico da Escola Técnica de Charlottenburg, em Berlim.

Depois da guerra, em 1920, criou-se em Genebra, a Associação Internacional de Psicotécnica, a partir do encontro de alguns psicotécnicos reunidos com Clarapède. Uma de suas principais propostas era intercâmbio de trabalhos. Neste sentido seriam realizados congressos que reunissem psicotécnicos dos vários países. De 1921 até 1934 estes congressos se realizaram com bastante regularidade. Em 34 sua realização teve problemas em função da situação política.

A Associação Internacional de Psicotécnica organizou-se em várias comissões como, por exemplo: de unificação do vocabulário psicotécnico, de estudo dos testes (na época já eram aproximadamente 10.000); de acidentes de trabalho, e de formação profissional (Baumgarten, F., 1950).

O surgimento da Associação Internacional de Psicotécnica depois da primeira Guerra Mundial representou uma tentativa de união, tendo em vista o fortalecimento do novo profissional.

Quanto aos Estados Unidos, depois da primeira Guerra Mundial, apesar do sucesso durante a guerra, a psicologia industrial não conseguiu manter mais sistematicamente o interesse do meio empresarial. Começaram problemas de charlatanismo, havendo consequentemente uma preocupação crescente com a validação dos testes.

Na metade dos anos 20 surgiu um movimento que teve repercussões profundas sobre a psicologia, especialmente a industrial: o experimento de Hawthorne. Este de fato representou uma nova aborda-

gem psicológica dentro da empresa: a partir de experiências ligando o meio universitário ao industrial, foi se desenvolvendo um trabalho de pesquisa que deu origem as relações humanas. O principal dirigente desta nova tentativa foi Elton Mayo, a empresa foi a General Electric em Hawthorne, a Universidade foi Harvard. A indústria empregava aproximadamente 29.000 operários. As pesquisas começaram com trabalhos tentando relacionar eficiência do trabalhador com condições de iluminação. Não se mostrando operantes, novas direções foram tomadas, que passaram a mostrar a importância do grupo como fator de produtividade, a importância de entrevistas com efeito catártico, a questão do moral de grupo. Fundamentalmente começou-se a dar atenção a motivação do trabalhador, não só enquanto indivíduo, mas especialmente como equipe.

De certo modo as pesquisas de Hawthorne representaram uma crítica à testagem e ao trabalho de seleção, na medida em que colocavam a questão da produtividade basicamente em função do grupo, de sua organização informal, suas regras, exigências, etc. A performance do trabalhador não se relacionaria com sua capacidade, aptidão, e sim com a lógica grupal. A rotatividade e o absenteísmo eram problemas interpretados em função de uma dinâmica grupal, que um espaço para se manifestar, no sentido de descarga ou expressão, prontamente eliminaria.

Ponto central nos trabalhos de Hawthorne era a crença na cooperação como única saída saudável, significando o conflito falta de habilidades sociais.

Mayo assim se coloca a este respeito (Mayo, 1933):

"A colaboração humana no trabalho, em sociedade primitivas e desenvolvidas, sempre dependeu para sua continuidade na evolução de um código social não lógico, que regula as relações entre as pessoas e suas atitudes uns em relação aos outros. Insistir sobre uma lógica meramente econômica de produção - especialmente se esta lógica for modificada frequentemente - in

terfere com o desenvolvimento de tal código e dá origem no grupo a um sentimento de derrota. Esta derrota humana resulta na formação de um código social num nível inferior, e em oposição à lógica econômica". (p.116)

A partir dos anos 30 surgiram as escalas de atitude, que funcionavam no sentido de situar-se frente ao trabalhador em termos de sua motivação, possibilitando certas reformulações. Pareceu atender ao interesse da gerência entrar em contato direto e individual com o trabalhador, ficando o sindicato, por exemplo, desqualificado, já que desnecessário enquanto interlocutor.

Começou de modo mais sistemático e intensivo o uso do treinamento, visto por Baritz como fruto da maior organização do operariado, suscitando seu maior controle (Baritz, 1965).

Escalas de atitude, treinamento, foram desdobramentos da experiência de Hawthorne, sempre com a preocupação com o grupo, sua dinâmica, sua motivação. Neste sentido o líder passou a ser visto como figura de muita importância; tentou-se colocar em funções de supervisão, elementos com prestígio e influência junto aos demais. As conclusões das pesquisas de Hawthorne mostravam um envolvimento emocional muito forte por parte do trabalhador com o supervisor, que para este representava a empresa: isto passou a ser motivo para se aproveitar elementos menos autoritários, tendo prestígio, e capacidade de persuasão.

A segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, representou novamente um fortalecimento para a psicologia industrial: dos 5.000 psicólogos que havia em 1945, 4.000 cooperavam direta ou indiretamente com o Governo. Mais de 1700 psicólogos tinham sido usados nas Forças Armadas.

Segundo Baritz (1965):

"Nesta guerra, o governo usou os cientistas sociais para melhorar técnicas de seleção de pessoal, manter o moral civil e militar, analisar propaganda, estudar e relatar

as características psicológicas e sociais do inimigo, treinar pessoal para lidar com diferentes povos e culturas, da Alemanha até Okinawa". (p.145)

Durante a guerra (Baritz, 1965) 15.000.000 foram testados. Isto popularizou ainda mais o teste. O próprio Governo americano apoiou a entrada da psicologia nas empresas: o United States Employment Service colocava à disposição de empregadores certos testes, gratis (Baritz, L, 1965). No caso de necessidade de testes especiais, o USES os construía e padronizava. Em troca, os empregadores teriam que transmitir dados significativos para o Governo.

Quanto à Europa, a psicotécnica não teve este desenvolvimento: isto pode ser visto mais claramente pela própria Associação Internacional de Psicotécnica, que com o nazismo passou a descontinuar seus trabalhos, interrompendo também seus congressos. Estes foram retomados no pós-guerra, em 1949.

Significativo a este respeito o relato de Baumgarten (1949):

"De ano para ano os quadros da Associação Internacional de Psicologia Aplicada se tornavam mais amplos, o número dos países representados aumentavam. Com efeito, antes da 2ª Guerra Mundial, nossa Associação contava com 400 membros e os relatórios do Congresso de Praga testemunharam brilhantemente este desenvolvimento. No entanto pouco depois, nossa ciência devia experimentar uma cruel desfeita. Foi em 1936, com efeito, que nos chegou a notícia da proscricção da psicotécnica na Rússia. Todos os institutos de psicotécnica e da ciência do trabalho em Moscou, em Charcov, em Kiev e em Kazan foram fechados. Foi assim que nos vimos privados da colaboração dos nossos colegas russos, cujos trabalhos foram admirados por ocasião dos nossos congressos internacionais anteriores.

Antes desta interdição, já haviam surgido na Alemanha outras dificuldades para nós. O sombreamento do horizonte político teve um efeito desastroso para nossa ciência. Foi assim que fomos privados de dois grandes pioneiros da psi-

cotécnica: William Stern e Otto Lippmann. Expulsos dos lugares onde trabalhavam, ambos sucumbiram a crises cardíacas. Grande número de outros psicólogos teve que deixar a Alemanha e procurar asilo em outras terras. O Instituto de Psicologia Aplicada, fundado em 1912 por Lippmann foi destruído. Durante a Guerra Mundial, nosa colega, Dra. Rebeca Bigiel, chefe do Laboratório Psicotécnico dos Correios da Holanda, preferiu suicidar-se para evitar uma morte atroz em um campo de concentração. Mile. Weinberg, autora de trabalhos psicotécnicos de um valor excepcional foi durante anos es-corraçada de uma cidade para outra, e devemos notar, escondida muito tempo por Mr. Pieron, que nisto arriscava sua própria vida. Ela morreu de um esgotamento total. Mr. Lahy, como sabemos, pereceu na fuga". (p.97)

Antes de concluir, importa situar a percepção que o novo profissional tinha de sua ação. Ele era definido e se via basicamente como um técnico. A ele competiam certas tarefas, cujas finalidades não cabia discutir.

Muensterberg (1914) colocou isto bem claramente:

"Deve saber-se previamente que toda ciência técnica nos diz só que para alcançar este ou aquele objetivo específico terá de utilizar tais ou quais meios, sem que em nenhum caso lhe cumpra o decidir previamente se o fim é ou não desejável".
(pp.15-16).

Faz uma comparação com o engenheiro que vai construir uma ponte, ou com o médico e suas intervenções: a definição do para que dos objetivos competiriam à ética, à filosofia social, à religião:

"O psicólogo pode determinar quais são os métodos que nos deem o modo de obter uma confissão involuntária de um acusado; mas não lhe diz respeito o problema de determinar se é ou não lícito o obter tais confissões; enquanto se considere um fim desejável, o psicotécnico procurará fixar os meios adequados à sua obtenção. O mesmo pode se dizer em relação à aplicação da psicologia à vida econômica. A psicotécnica econômica pode servir a

certos fins do comércio e da indústria, mas não lhe cabe responsabilidade alguma em conhecer ou não se tais fins são ou deixam de ser bons. Por exemplo: um objetivo pode consistir na seleção dos trabalhadores mais capazes para certas indústrias, e o psicólogo ensaiará no laboratório procedimentos que cumpram tal propósito; mas se em algumas fábricas preferem, em vez do trabalhador mais apto o mais barato, os meios indicados para a seleção dos mesmos serão completamente diferentes. O psicólogo não se acha, portanto, ligado às discussões econômicas da época; não se preocupa se devem preponderar ou não os trustes ou os sindicatos, nem de plano ou programa algum de seleção trabalhadora; limita-se a realizar esta proposição: para tal objetivo, se seguirá tal gênero de vida; quanto ao objetivo, fica ao arbitrio individual. A psicologia aplicada pode, portanto, empregar em seu campo a linguagem de uma ciência exata com independência absoluta de opiniões econômicas e de interesses secretários, delimitação que lhe confere a individualidade de uma nova ciência".

Um autor como Leon Walther (1946) propunha que existissem duas ciências diferentes: a tecnopsicologia do trabalho, que se preocupa com o trabalhador como criatura humana", e a psicologia industrial "que estuda o trabalhador em seu ambiente social específico, como representante de uma classe":

"Portanto se a tecnopsicologia do trabalho se traduz em problemas puramente técnicos, a psicologia industrial inclui questões político-sociais.

A tecnopsicologia do trabalho pode ser definida como aplicação da psicologia à técnica do trabalho, fora de qualquer consideração da pessoa que se dedique a uma ocupação ou profissão. Não representa senão um capítulo da higiene mental que trata de organizar o trabalho em condições as mais higienicas e saudáveis possíveis, afim de que permita ao homem atingir o maior rendimento com o mínimo de dispendio de energia. Seu domínio de ação é portanto a adaptação do homem ao trabalho, como de outra parte, a adaptação do trabalho ao homem. Para conseguir-lo ela se apoia exclusivamente nas ciências naturais, ou mais precisamente na anatomia, fisiologia, psicologia, medic

na e ramos anexos.

A psicologia industrial que se caracteriza por seu nítido aspecto social, não poderia atender a seus fins se tivesse de limitar-se às ciências naturais, e isto porque os problemas que propõe são demasiado complexos.

Derivado de um lado das grandes transformações sociais consequentes à Segunda Guerra Mundial, e de outro lado como reação salutar contra a concepção puramente técnica e utilitária da organização do trabalho humano na fábrica. Taylor, Stahanoff - a psicologia industrial trata de estabelecer relações mais humanas entre os interesses por uma "paz social".

Se predominava uma definição do trabalho como técnico, notava-se também uma posição ambigua. no sentido de mostrar ao empresariado a utilidade deste serviço e simultaneamente tentar provar ao trabalhador benefícios dele decorrentes.

2 - A EXPERIÊNCIA PSICOTÉCNICA INICIAL DE SÃO PAULO AS PRIMEIRAS TENTATIVAS NO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo será abordado o surgimento da prática do psicólogo no Brasil, e sua inserção em certo contexto político-econômico-social, que lhe dava sua coerência. Consequentemente serão vistos a experiência psicotécnica paulista do CFESP, posterior SENAI-SP, primeira experiência do gênero no Brasil; e os primeiros trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro.

O início do psicotécnico ou psicologista no Brasil deu-se posteriormente ao visto nos países desenvolvidos, que já começaram com suas atividades no início deste século. Ele surgiu na década de 30, período muito significativo em termos de mudanças ao nível econômico, social, político, desencadeadas pela revolução de 30. Esta alterou profundamente o quadro brasileiro: em termos econômicos, de um sistema oligárquico, dominado pelos latifundiários rurais, inteiramente voltados para o sistema de exportação de bens primários, os industriais passaram a ter um papel predominante. A industrialização foi sendo inclusive progressivamente assumida pelo próprio Estado, como um projeto seu. A revolução de 30 foi em parte fruto da pressão de setores novos - operários, assalariados, classe média urbana - que sofriam neste período as consequências da crise internacional do fim dos anos 20, que aqui também repercutia.

O que se pode notar, além do fortalecimento dos setores industriais, era a presença de um mercado consumidor crescente (isto apesar da crise) dentro do país. Esse mercado foi se criando com a força de trabalho livre e não mais escrava, e através do processo de industrialização nacional.

A partir da revolução de 30, aumentou muito a atuação do Estado em termos de disciplinar e controlar as relações capital-tra

balho. Isso possivelmente foi fundamental para o desenvolvimento da ordem capitalista no país. Se então por um lado o Estado atendeu a certas reivindicações trabalhistas como salário mínimo, regulamentação das horas de trabalho, férias remuneradas, estabilidade no emprego, descanso semanal, etc., por outro lado passou a controlar a organização sindical através dos sindicatos atrelados à estrutura do Estado. Neste sentido criou-se o Ministério do Trabalho em 1930, assim como se dispõem termos de legislação trabalhista.

Esta atuação por parte do Estado ficou mais evidente, e de simpedida durante o Estado Novo, período em que o sistema autoritário aumentava seu poder. Foi também durante o Estado Novo que o projeto de industrialização foi realmente assumido pelo Estado, como se pode ver inclusive pelo investimento em setores básicos (construção da Companhia Siderurgica Nacional, Petrobrás). A situação dos países desenvolvidos em guerra facilitou a viabilização deste projeto.

A partir de 30 passou a absorver-se tanto no âmbito público quanto de empresas privadas, certas idéias em voga nos países desenvolvidos, e que tinham na organização racional do trabalho uma de suas principais bandeiras.

O fator humano passou a ser visto como significativo na produção, devendo conseqüentemente tanto sua escolha quanto seu preparo técnico receber mais atenção. Até então não havia nenhum interesse maior pela formação da força de trabalho, nem por parte do empresariado, nem por parte do Estado. As instituições que existiam eram poucas, geralmente com características filantrópicas. Isto possivelmente porque o empresariado tinha acesso fácil à força de trabalho estrangeira, que imigrava, e que geralmente se mostrava bastante bem preparada para corresponder às expectativas de produção. Por outro lado, este operariado estrangeiro também incomodava, na medida em que grande parte da organização sindical - significativa nestes anos-

no país se dava a partir de sua atuação. Passou então este tipo de trabalhador a "constituir problema", sendo sua "entrada desordenada" vista como propiciadora da "desordem econômica e insegurança social" (exposição de motivos referentes ao Decreto 19.482 de 12/12/30, também chamado lei dos 2/3 (in Medeiros, M. 1980)).

A lei dos 2/3 limitava a importação da força de trabalho a 1/3, aumentando assim não só o contingente de operários brasileiros, como a necessidade de escolhê-los e prepará-los mais cuidadosamente.

O processo de importação de técnicos estrangeiros ficou ainda mais dificultado durante a 2a. Guerra, em que praticamente cessou sua vinda.

Fica mais claro porque começou então a surgir um espaço para um novo tipo de profissional especializado em escolher adequadamente a força de trabalho, tendo para isto como parâmetro fundamental o exame das aptidões e do caráter, assim como a ação sobre o seu treinamento - isto é, influenciar o próprio processo de aprendizagem visando um rendimento maior. O psicotécnico surgiu vinculado à aprendizagem industrial, a um projeto de preparação de uma camada de operários mais adestrados - operários especializados, mestres, técnicos - que eram vistos como os elementos viabilizadores do projeto de industrialização.

Roberto Mange (1945) um dos primeiros psicotécnicos, ao fazer a análise do conjunto das atividades do fator humano na indústria, colocou isto claramente. Em termos de "fator humano" ele distinguiu 3 categorias fundamentais; que funcionavam como elos:

- "1 - o do operário não especializado: mão de obra executora.
- 2 - os técnicos que exercem função de controle e mando na produção.
- 3 - o pessoal técnico superior de direção e administração -
- engenheiros ou outros graduados que planejam, organizam e administram"

"O enfraquecimento de um dos elos

"deixa improdutiva parte da capacidade maior dos outros -
- isso caso o elo mais fraco não rompa, trazendo profundo
desequilíbrio no processo de produção"

Vê o segundo elo como o mais problemático no país:

"atualmente é a insuficiência absoluta de técnicos, de condutores de trabalho que suscita verdadeira crise na indústria".

(p.16)

Fez uma comparação com a construção de uma estrada, vendo o 1º e o 3º nível como "asfaltando", ou "ampliando"; já o 2º estaria a nível de "atoleiro":

Pelo visto, este profissional novo surgiu porque se criou uma demanda para ele, demanda esta vinculada a uma industrialização crescente, porém às voltas com uma série de problemas, especialmente quanto à força de trabalho. Parcela do empresariado, e elementos dentro do Estado viam no projeto de racionalização do trabalho, assim como na efficientização do processo educacional uma possibilidade de atender a estes problemas.

Também houve a questão do processo de modernização, implicando em tentativas de importar técnicas que estavam fazendo seu caminho no exterior, e que eram trazidas como novidades interessantes para cá.

Tanto que os primeiros trabalhos psicotécnicos mais sistemáticos ocorreram em São Paulo, que já neste período se destacava em termos de industrialização - não só enquanto centro de produção industrial, como centro de produção cafeeira - tendo-se tornado o estado mais rico da União, reunindo próspera burguesia. No caso ali também estava presente um empresariado progressista, que procurava introduzir as técnicas mais modernas, ou pelo menos aceitava experimentá-las.

Por isso pode-se entender o interesse e a receptividade

que a nova atividade iria encontrar em São Paulo, algo diferentemente do Rio de Janeiro, que funcionava muito mais enquanto capital burocrática do país.

Os trabalhos psicotécnicos eram ligados à seleção e orientação profissional de aprendizes, no caso especificamente do meio ferroviário paulista. Os transportes em geral eram um setor moderno, estreitamente vinculado à industrialização, funcionando como um elemento "colonizador", na medida em que possibilitava o acesso e aumento de mercados consumidores, garantindo escoamento de produção e também viabilizando a chegada de matéria prima para os centros do processo produtivo. Era um setor nevrálgico na época, que em termos dos seus trabalhadores se organizou bastante, tendo frequentes movimentos grevistas ou reivindicatórios. Era um setor que pedia um funcionamento moderno, eficaz, havendo também interesse e necessidade em controlar o trabalhador nele envolvido. Daí ter sido um setor receptivo as idéias de organização do trabalho, incluindo a psicotécnica como uma das abordagens neste sentido.

As ferrovias pertenciam geralmente a empresas particulares, preocupadas em aumentar seu rendimento. Mas havia também vínculos com o Estado, no sentido deste estar interessado em sua organização e bom funcionamento.

Os primeiros ensaios de racionalização, combinados com a psicotécnica se deram relacionados a Roberto Mange (*), dentro do

(*) Roberto Mange era além de psicotécnico, engenheiro, professor da Escola Politécnica e também da Escola de Sociologia e Política, onde possivelmente foi dado o 1º curso de psicotécnica realizado no Brasil.

Destacou-se como uma figura bem aceita pelo empresariado paulista. Fez parte da Comissão que redigiu a lei orgânica referente ao ensino industrial de 1942. Posteriormente foi o primeiro diretor do SENAI/SP, quando este foi criado.

processo de aprendizagem no meio ferroviário: estas primeiras tentativas ocorreram de uma forma experimental a partir de 1924 na Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, local em que eram reunidos 2 aprendizes de 4 estradas de ferro paulistas, que durante 4 anos faziam um aprendizado profissional. Começou-se a fazer a seleção destes aprendizes por meios psicotécnicos. O critério de entrada para o ensino profissionalizante, de filantrópico - ser órfão, desvalido - passou a ser um critério "científico": o da aptidão. Nesta etapa inicial a psicotécnica consistia numa testagem para conhecer funções e aptidões, sendo a parte de personalidade vista a partir de uma análise do caráter, bastante subjetiva. Outra inovação foram as séries metódicas", em que a psicotécnica entrava no próprio processo de aprendizagem. Roberto Mange, seu idealizador, assim o caracterizou: (Medeiros, 1980)

"Muito mais do que um meio de aquisição de técnicas de trabalho, era um excelente instrumento disciplinador e formador do caráter dos jovens aprendizes".

(p.144)

O modelo que Mange seguiu foi a estrada de ferro alemã, que conheceu pessoalmente, e cujos resultados já se faziam notar desde os anos 20.

Na época, a estruturação deste serviço contou com o próprio Liceu de Artes e Ofícios, que já tinha aparelhagem para isto, e também com o Instituto de Higiene de São Paulo, para a aplicação dos testes (Mange, 1956).

Em 1927, houve na Estrada de Ferro Sorocabana uma tentativa de implantar uma escola de aprendizagem que faria uso da seleção através de técnicas psicológicas. Este plano não se realizou em função da falta de apoio do Governo do Estado de São Paulo. A estruturação do Serviço de Ensino e Seleção Profissional na Sorocaba só ocorreu em 1930, possivelmente em função das condições políticas que

se modificaram.

O objetivo básico da psicotécnica era a seleção de candidatos ao exercício da profissão de ferroviário, com a expectativa de: (Medeiros, 1980).

"melhor aproveitamento do fator humano nos serviços de E.F. Sorocabana".

(Relatório da Diretoria - 1931)

(p.231)

Este processo se iniciava por um lado pelo estudo de profissões relativas ao ramo, por outro correlacionando posteriormente o resultado nos testes com o desempenho durante o curso de aprendizes. Através desta correlação foi organizada uma classificação que correspondia ao tipo padrão que interessava selecionar. A partir destes estudos foi elaborada uma ficha psico-fisiológica, em que seriam integrados dados médicos, psicológicos e sociais (resultados dos testes e informes médicos e sociais). O sentido era poder-se fazer um prognóstico do futuro desempenho profissional do candidato.

Houve uma etapa de observação e ensaio antes de ser realizada a primeira seleção de aprendizes, que ocorreu em 1933.

Parece que em 1933, houve um planejamento de seleção psicotécnica para uma série de funções, tendo como prioridade o grau de responsabilidade em termos de acidentes. A partir de 1934 este serviço ficou sob a orientação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), sendo seu Gabinete de Psicotécnica incorporado ao mesmo.

M. Medeiros (1980) em sua análise questiona a importância da seleção psicotécnica:

"Dados os 'fatores anormais' constantemente alegados no

relatório da diretoria da E.F. Sorocabana sobre os estudos estatísticos, para verificação da eficiência dos testes psicotécnicos para seleção de futuros aprendizes e os muitos artifícios utilizados para correção de tais anormalidades, deduzimos pelos menor grau de validade e importância da psicotécnica nos processos de seleção. Além do que, estes procedimentos foram sempre dependentes das informações médicas e sociais de valor subjetivo". (p.196)

Apesar disto possivelmente ocorrer, não pareceu ter sido visto assim: tanto que passou a ser implantado num nível mais amplo representado pelo CFESP.

A proposta do CFESP surgiu por parte do Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho - IDORT, talvez a instituição mais significativa em termos da divulgação da organização racional do trabalho no Brasil. Para a criação e organização do IDORT foram fundamentais os cursos de psicologia aplicada ao trabalho e tecnopsicologia do trabalho industrial, ministrados respectivamente por H. Pieron e Leon Walther, em meados dos anos 20.

O IDORT teve muita influência sobre a própria estrutura administrativa do estado de São Paulo, que lhe coube reorganizar em moldes racionais. Um dos seus presidentes foi Armando Sales, interventor do governo do Estado de São Paulo.

O IDORT apoiou e fortaleceu a implantação da psicotécnica, na medida em que fazia parte do seu programa: (Medeiros, 1980)

"seleção das capacidades tendo em vista o melhor aproveitamento profissional do trabalhador, mediante a valorização dos aspectos psicológicos e fisiológicos do trabalho".

(p.130)

Em 1934 o IDORT apresentou ao Governo do Estado de São Paulo um plano para seleção e preparo do pessoal ferroviário, com possibilidade de ser estendido para outras instituições. A instituição que surgiu foi o CFESP, que ao longo de sua existência, manteve

ligações estreitas com o IDORT, sendo ali realizadas uma série de pesquisas aplicadas ao setor ferroviário.

O CFESP, representou uma tentativa pioneira, visando uma união das várias estradas de ferro já que um dos seus maiores problemas era a competição entre si. A tentativa de união começou em relação a formação de sua força de trabalho. Representou também a associação de empresas particulares - várias das estradas de ferro - com o Governo. O Governo participaria com pessoal das secretarias estatais, com professores e instalações materiais, e as ferrovias pagariam uma quantia proporcional ao número de empregados da empresa, sendo mais alta para as que estivessem fora do estado de São Paulo. O CFESP forneceria às empresas paulistas orientação e execução dos trabalhos de seleção e ensino profissional, enquanto que as outras receberiam apenas orientação.

Fazia parte da proposta do CFESP, de que a empresa ferroviária que não pudesse arcar com um curso de ferroviários, organizasse uma instituição aberta à municipalidade e outras empresas industriais. Isto viabilizaria o surgimento de um número maior de núcleos de ensino e seleção, trazendo também uma maior interação ao nível estado-empresa-outras empresas.

As primeiras ferrovias que participaram do CFESP foram principalmente as paulistas: E.F. Sorocabana, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, E.F. Araraquara, Cia. Mogiana de E.F., E.F. Tramway da Cantareira, E.F. Noroeste do Brasil e E.F. Campos de Jordão. A adesão da Central do Brasil ocorreu parcialmente em 1935, e de modo total a partir de 1939 (Medeiros, 1980).

Graças a atuação do IDORT e da Associação Brasileira de Engenharia Ferroviária, que tinha uma Comissão de Psicotécnica, cuja finalidade era orientar e coordenar trabalhos de psicotécnica no meio ferroviário, a atuação do CFESP em poucos anos foi se amplian-

do, aumentando o número de estradas de ferro atendidas, sendo muitas de outros estados: E.F. Central do Brasil (1935), Rede de Viação Paraná - Santa Catarina (1938), Rede Mineira de Viação (1940), The Great Western of Brazil Railway (1942), Rede de Viação Cearense (1938), E.F. Goiás (1942), Viação Férrea Federal Leste Brasileira (1942), E.F. de Nazaré Bahia (1942), Viação Férrea do Rio Grande do Sul (depois de 1940). (Medeiros, 1980).

Até 1938, foram desenvolvidos, além da seleção, também alguns trabalhos de orientação dos encarregados de fiscalização do trabalho ferroviário. A partir de 1938, estes trabalhos se descontinuíam, na medida em que a demanda para seleção cresceu muito com o aumento do número de ferrovias atendidas. Para se ter uma idéia, o CFESP em 1942 atingiu 83% da força de trabalho das ferrovias (sendo que estas representavam 73% das ferrovias brasileiras). Só em 1944, 4.353 candidatos foram examinados através de testes. Entre 1934 e 1944 o CFESP examinou aproximadamente 30.000 candidatos e organizou 750 turmas para treinamento de ferroviários.

O CFESP, além desta parte de execução e orientação também participou de cursos organizados pelo Departamento de Serviço Público e Universidade de São Paulo, sobre aplicação de testes psicómotores.

A partir da criação do SENAI em 1942, o CFESP foi progressivamente sendo absorvido pelo mesmo, passando finalmente a integrá-lo, constituindo sua seção de transportes. Isso se deu em parte porque através da legislação do SENAI, as estradas de ferro administradas pelo Governo Federal teriam que pagar duas subvenções. E de certo modo a função do CFESP tinha sido cumprida: introduzir o ensino e seleção profissional de uma forma nacional para o meio ferroviário. O que interessava agora era introduzir isto para a aprendizagem industrial de uma forma mais ampla. Neste sentido convinha

utilizar a bagagem do CFESP para a nova entidade que surgia. E corentemente com isto, a figura central da parte psicotécnica do CFESP que era Mange, passou a ser diretor do SENAI-SP.

Em 1945 um decreto do Governo do Estado de São Paulo determinou que o ensino e seleção profissional em cada ferrovia paulista ficasse subordinados ao SESP da E.F. Sorocabana, com a consequente extinção do CFESP (decreto-lei nº 14.550 de 21/2/45) (Medeiros, 1980). A partir de 46, a SESP da E.F. Sorocabana criou a Divisão de Ensino e Seleção do Departamento de Pessoal da Ferrovia.

M. Medeiros (1980) vê esta evolução como respondendo aos interesses conjunturais do momento:

"A ação conjunta do SESP e CFESP serviu a uma conjuntura mais ampla dentro do processo de mudanças, na formação da força de trabalho para a indústria em geral que então instalava no país. O fato de seu início ter ocorrido na indústria ferroviária, prende-se entre outros fatores àquele de que esta indústria pela diversificação de suas atividades, em geral bem definida, ofereceu melhor campo para aplicação da psicotécnica, visando o melhor aproveitamento do "fator humano", recrutando-o e preparando-o racionalmente".

(p.244)

O SENAI foi fruto de uma postura nova por parte do Estado em relação ao ensino profissionalizante: ele passou a assumir sua importância, mas também a colocava como atribuição das indústrias. Isto pode-se ver pela Constituição de 1937, que dizia:(Cunha,1981)

"Art-129 - O ensino pré-vocacional e profissional destinado as classes menos favorecidas é em matéria de educação primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos economicos criar na esfera de eua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidas pelo poder público.

(p.17)

Pela primeira vez o Estado no Brasil colocava este tipo de encargo; quando o anteprojeto relativo à aprendizagem industrial feito em 38 foi enviado a Confederação de São Paulo, que funcionava como grupo de pressão dos empresários, estes não responderam a consulta, podendo isto ser interpretado como "resistência passiva". (Cunha, 1981, p. 19).

Celso Suckow também falou sobre a tentativa dos empresários de escapar à vinculação com o Estado: (1961)

"Desde 1941, Getúlio Vargas determinara a Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, a Roberto Simonsen, presidente da FIESP, e a Velentim Bouças que, juntos estudassem a criação de organismos destinados ao ensino profissional dos aprendizes dos estabelecimentos fabris, dando ao caso uma solução melhor do que a do decreto de 1940. Aqueles 3 industriais lembraram ao chefe do Governo como solução prática do problema, a entrega da questão à indústria, ficando ela responsável não só pela execução do plano, como também pelo seu funcionamento. Colocando o novo organismo sob a égide da CNI, desejavam aqueles líderes libertar o novo sistema das inúmeras peias burocráticas a que ficaria sujeito caso fosse criado dentro da esfera da ação governamental, que dificultava a expansão dos estabelecimentos existentes".

(p.491)

Esta situação levou a decretos e projetos de lei que não se realizaram. A questão avançou com a formação de uma Comissão por parte do MEC, integrada por Lorenzo Filho e Roberto Mange, entre outros, que elaboraram um projeto de lei para o ensino industrial. Isto em 1942 deu origem à lei orgânica do ensino industrial, que durante muitos anos regulamentou a questão. O SENAI seria criado neste mesmo momento, de certo modo respondendo aos anseios dos industriais, pois apesar de ser criado por decreto, era uma entidade de direito privado, organizada e dirigida pela Confederação Nacional da Indústria.

Quanto à lei orgânica, uma questão fundamental desta era a transferência que fazia do ensino profissional para o grau médio. Segundo L.A. Cunha, 1977) isto cumpria:

"a função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos mais 'educáveis' ". (p.13)

As escolas de aprendizes artifices de antes da lei orgânica recrutavam os alunos provavelmente menos "educáveis" devido a sua origem social/cultural: geralmente eram órfãos, tendo sua educação características filantrópicas. Depois dessa lei, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário, sua educabilidade seria, certamente, muito superior a dos "desvalidos" da situação anterior.

A psicotécnica cumpriria a função de fazer esta seleção ainda mais rigorosa, na medida em que feita em cima do estudo das profissões desejadas e das aptidões necessárias para as mesmas.

Com esta proposta os psicotécnicos no SENAI atuaram neste primeiro período. Neste sentido foram elaboradas análises de profissões (de 42 a 47 tinham sido realizadas 22); provas de aptidão, testes de inteligência para a seleção dos candidatos aos vários cursos do SENAI) assim como de seus funcionários.

(Baumgarten, s.d)

De 1943 a 1950 a Divisão de Seleção do DR/São Paulo registrou o exame de 40.501 candidatos. Em orientação profissional 544 adolescentes foram orientados nos cursos vocacionais. (Revista SENAI, out.1950, p.43).

A orientação profissional assumiu um papel de mais destaque depois dos primeiros anos: em 45 foi organizado um curso de orientação para adolescentes de 12 a 14 anos durante um ano e havia a presença de um "gabinete" para adolescentes de 14 a 18 anos, que a partir de exames específicos relativos a aptidões e disposições eram encaminhados para a indústria. Também em 45 começaram os cursos vocacionais, que além de "instrução e ensino de trabalhos manuais básicos e técnicas elementares de trabalho" realizavam no final do curso orientação profissional dos jovens. Esta em geral se realizava através da observação do material produzido pelo jovem, do comportamento, de boletins. Parece que uma orientação profissional mais detalhada "com aplicação de testes projetivos e vocacionais, etc era feito nos casos considerados "excepcionais" (retardados, superdotados, jovens com perturbações de personalidade, fisicamente prejudicados (Katzenstein, 1950).

O SENAI em São Paulo sempre se destacou mais do que o do Rio de Janeiro, possivelmente por sua bagagem de experiência CFESP, pela presença de Roberto Mange a sua frente durante alguns anos, uma proximidade maior com o empresariado e com a questão industrial. O SENAI/Rio não desenvolveu a parte de psicotécnica nestes primeiros anos, sendo o sinal mais característico disto, a desativação do serviço de psicotécnica no fim dos anos 40, só voltando a funcionar no final dos anos 60. O seu término é referido por Fanny Tchaikovski, uma de suas integrantes, como fruto da:

"falta de conscientização da cúpula: não havia um consenso

da necessidade deste tipo de trabalho".

(entrevista com F.Tchaikovski)

Nos seus primeiros anos, a Divisão de Seleção se preocupou com a pesquisa em relação a testes, tendo sido elaborado um teste de nível mental, o J, por Octávio Martins. Fazia-se a seleção dos professores, além dos candidatos para a aprendizagem industrial. A orientação profissional era praticamente inexistente. Passava-se material para professores, no sentido de lhes dar noções do assunto, já que não havia um trabalho direto com aprendizes.

A preocupação com validade dos testes já existia: na apresentação do teste J é relatado como este, a partir das necessidades do serviço, se construiu em cima de material já existente:

"Não existiu experimentação preliminar".

"Não havia outro caminho a seguir".

(Entrevista c/O. Martins)

Uma outra instituição filiada na época ao CFESP, e posteriormente ao SENAI foi a Central do Brasil, que também se dedicava à formação de sua mão de obra, utilizando provas psicológicas. Sua Divisão de Ensino e Seleção iniciou em 1939, coordenada por um engenheiro, José Moacyr Andrade Sobrinho (posteriormente também psicólogo técnico).

Fenômeno semelhante ao do SENAI/Rio ocorreu com a seleção de aprendizes para as escolas profissionais desta estrada de ferro: enquanto a parte de aprendizagem se expandia, a seleção foi diminuindo até praticamente desaparecer. Isto foi atribuído à falta de especialistas:

"Do mesmo modo que era fácil você preparar um instrutor para o ensino profissional, era difícil você conseguir alguém que pelo menos mantivesse aquela técnica de aplicação. Porque bastou que a pessoa que fizesse aqueles cadernos se afastasse, ou se aposentasse, acabou.

Então o serviço foi pouco a pouco perdendo aquela

seriedade, perdendo aquela efetividade. Porque cada um pegava naquilo, achava que podia truncar, podia cortar uma questão porque achava muito difícil, porque não conhecia a finalidade daquilo, não tinha uma idéia global do teste, o que poderia medir".

(entrevista W. Carnavale)

Além da seleção, também era feita orientação profissional:

"Essa orientação era uma orientação parcial, porque ela se fazia em função das especialidades da escola.

Não era a orientação profissional que se pode chamar de orientação profissional. Era apenas a utilização de técnicas que existiam na época, se baseavam numa entrevista de caráter social comum, levavam em conta seu desempenho na escola, seu aproveitamento, sua preferência e também a opinião dos outros professores. Fazíamos então uma apuração global, falávamos com os pais, dizíamos: você vai seguir tal e qual curso. De modo geral isto funcionava".

(entrevista com W. Carnavale).

Em fins dos anos 50, dois grandes acidentes ferroviários num intervalo de 8 dias com centenas de mortes, uma CPI subsequente que colocou como conclusão ter havido falha humana, recomendando como medida o exame psicológico, recolocou a necessidade de organizar novamente o serviço, o que foi feito utilizando infraestrutura e orientação do ISOP. Isto já ao nível de RFF (Rede Ferroviária Federal), que resultara da incorporação de 17 estradas de ferro, numa sociedade econômica mista com 153.000 ferroviários. Em 1959 começou a funcionar o Centro de Assistência Psicotécnica (junto à Vice-Presidência), tanto a partir daí a psicologia aplicada na RFF vivida um processo contínuo de expansão.

Além destas experiências ligadas ao ensino profissionalizante, houve no Rio de Janeiro, no final dos anos 30, algumas iniciativas significativas, dentro do próprio Estado:

- 1) A Divisão de Seleção e Orientação Profissional do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).
- 2) a Divisão de Seleção do DASP
- 3) a seleção do IAPI (Instituto Aposentadoria e Previdência dos Industriários).
- 4) o projeto do INSOP (Instituto Nacional de Seleção e Orientação Profissional) dentro do Ministério do Trabalho.

O INEP, ao ser criado em 1938 pelo decreto-lei nº 580 se propunha a ser: (Art. 2º)

"um centro de estudo de todas as questões educacionais".

Sua competência era, entre outras:

"promover investigações de psicologia aplicada à educação bem como relativamente ao problema de seleção e orientação profissional".

(Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, out/1945).

O INEP se organizou em 4 seções, das quais duas eram ligadas à psicologia: uma seção de psicologia aplicada, outra seção de orientação e seleção profissional.

Uma segunda função do INEP colocada em lei era a cooperação com o DASP, através de:

"estudos ou providências executivas, nos trabalhos atinentes a seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União".

(Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, out/1945)

Parece que o serviço de orientação e seleção profissional se criou tendo em vista este último objetivo. O INEP organizava e executava as provas de seleção para o DASP. O DASP, por sua vez, criado no mesmo ano, também tinha uma seção que se propunha a seleção do funcionalismo público. O caráter novo do INEP e DASP era a escolha dos funcionários em função de suas aptidões, "o critério do

mérito", e não pelo "apadrinhamento". Este movimento teve muita força durante o Estado Novo, em que possivelmente o sistema autoritário não necessitava de negociações dentro do aparelho de estado. Parecia atender a interesses no sentido de dar a impressão de "moralização", atendendo de modo igual as diferentes classes.

Instituições como o DASP e INEP tiveram muito peso nos seus primeiros anos de existência, e junto com elas o trabalho de seleção. Nestas, o aspecto psicológico se centrava na avaliação do nível mental.

Para se ter uma idéia mais concreta, ainda em 1938, a Seção de Orientação Profissional e Seleção realizou:

"1) estudos completos relativos a concursos de 5 carreiras (agrônomo, classificador de algodão, carteiro, faroleiro e maquinista marítimo).

2) estudo parcial de 5 outras carreiras (patrão, almoxarife, desenhista, veterinário e inspetor de previdência)".

(Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, out/1945)

No ano seguinte, as 2 seções de psicologia se organizaram mais: a seção de psicologia aplicada levantou bibliografia de psicologia e pedagogia publicada no país; coletou os programas dos cursos de psicologia existentes no país; organizou testes mentais e de escolaridade, etc.

Quanto à seção de orientação e seleção profissional esta fez um estudo geral das carreiras do funcionalismo público, seus tipos de trabalho e requisitos fundamentais; levantou os critérios de seleção utilizados em provas e concursos no país e no estrangeiro; coletou, sistematizou e analisou material para feitura de provas de nível mental e de aptidão, necessárias aos concursos e provas de habilitação do DASP.

Até 1944, a seção de orientação e seleção profissional examinou 35.967 pessoas "para fins de diagnóstico mental e aptidão"

Foi feito também um levantamento de todas as profissões e atividades profissionais (isto junto com o Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e IDORT), na expectativa de publicarem um dicionário de profissões.

Ainda foram organizados cursos como estatística aplicada à educação, psicologia educacional, testes e medidas escolares.

O trabalho principal foram as seleções realizadas para o DASP; a orientação profissional não chegou a se desenvolver.

Quanto à Divisão de Seleção do DASP, esta além de seleções, realizou uma série de cursos, que entre outros também se propunha a formação de psicotécnicos. Em 1941-42 Lourenço Filho deu lá um curso "Psicologia das relações humanas no trabalho". Em 1945 o DASP trouxe Mira y Lopez para dar o histórico curso de "Orientação, Seleção e Readaptação Profissional", curso que daria origem à primeira geração de psicotécnicos cariocas - e certamente não só do Rio, já que vieram pessoas ligadas ao funcionalismo público de todo o Brasil.

O curso, criado por portaria número 736A de 20 de outubro de 1945 colocava os seguintes objetivos:

"a) proporcionar aos chefes de serviços públicos, em cujos programas contenham trabalhos de psicologia aplicada, contato e cooperação no sentido de entendimentos recíprocos para utilização de recursos técnicos comuns, fixação de normas e processos de trabalho e exame de problemas gerais de organização que a todos possam interessar.

b) estimular a formação e especialização de psicologistas em determinados campos de aplicação.

c) apresentar através de trabalho de equipe e sob a direção de um especialista, serviços de análise profissional, consultório e centro de orientação e readaptação".

(Fettermann, maio 1946)

Parece evidente a expectativa de reverter o adquirido para a própria administração pública, assim como o interesse do Estado de preparar profissionais para este novo tipo de prática. Isto mostrava que havia condições favoráveis à introdução da psicotécnica naquele momento.

Para este curso intensivo de um ano foram chamados profissionais de instituições públicas como a Divisão Nacional da Criança. INEP, Faculdade Nacional de Filosofia, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Centro de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal (Freitas, 1973).

Parecia haver inclusive a idéia de criar um Serviço de Orientação e Seleção Profissional anexo ao DASP, o que não se viabilizou, sendo alegado que seria um serviço restrito, na medida em que voltado apenas para o funcionalismo. Possivelmente a queda de Getúlio Vargas dificultou este tipo de projeto, na medida em que as pessoas interessadas neste tipo de proposta também foram afastadas. Estas pessoas, a frente da F.G.V., retomaram a proposta.

A parte de psicologia depois de poucos anos se esvaziou tanto no INEP quanto no DASP, desaparecendo.

Quanto ao IAPI, foi organizado também em 1938, logo no início do Estado Novo, pela primeira vez no Brasil um concurso em nível nacional feito com provas psicológicas. O concurso definiria os funcionários do IAPI, em fase de organização.

"Começou-se a ouvir do IAPI por ocasião do concurso básico de admissão. Foi um concurso que movimentou as capitais brasileiras, no mesmo dia e as mesmas horas. No Rio, chegou a paralisar o trânsito na Mariz e Barros. 7.000 candidatos espalhados pelo Brasil todo foram examinados".

(Revista do Serviço Público, Ano I, nov/1937).

Para a parte técnica foi chamado Lourenço Filho, que indi

cou Murilo Braga (assistente de psicologia educacional do Instituto de Educação) para sua execução.

Fato é que o Serviço não conseguiu se estruturar em termos de utilização de provas psicológicas. Athayde Ribeiro, chefe da Divisão de Seleção, relata que depois desta primeira seleção não foram mais aplicadas provas psicológicas, dizendo ignorar as causas disto. Em 1950 voltaram a utilizar provas psicológicas, ocasião em que pediram auxílio ao ISOP. Entretanto mesmo então o uso de provas psicológicas era esporádico, atribuído ao tempo excessivamente longo que duravam aplicação e correção.

Quanto ao INSOP foi um projeto que João Carlos Vital tentou colocar em prática na sua gestão como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas.

Na exposição de motivos ficava bem clara a preocupação com o fator humano, como elemento que devia ser adequadamente selecionado e orientado:

'Não só a cultura, nos seus diferentes graus é bastante para um rendimento integral. São necessárias qualidades físicas, biológicas e psicológicas para o cumprimento cabal das várias atividades profissionais.

No Brasil, este aspecto importantíssimo na solução dos problemas econômicos tem sido descurado. O trabalhador nacional, em sua maioria apenas alfabetizado, não se distribui pelas várias profissões, segundo um critério científico, que lhe assegure completo aproveitamento de suas apreciáveis qualidades pessoais.

O objetivo do INSOP é: realizar a seleção e orientação dos trabalhadores, compreendidos nesta designação todos quantos, no território nacional, se entreguem a qualquer modalidade de trabalho civil, público ou particular.

(projeto INSOP, não publicado, arquivo de João Vital).

O projeto cobriria todas as modalidades de trabalhadores. O INSOP se propunha a um levantamento de todos os trabalhadores em termos de suas aptidões e características psicológicas. Para isto se aproveitava recente introdução da carteira profissional (também fruto do Estado Novo), que possibilitaria este levantamento. Esta medida prometia um controle amplo sobre a força de trabalho nacional, atendendo a uma visão racional de trabalho, em que a partir do exame de aptidões, se poderia encaixar mais adequadamente os trabalhadores. Isto é confirmado no 3º artigo do projeto quando se refere a:

"expedição de certificados que orientarão trabalhadores e empregadores no aproveitamento das capacidades do seu portador".

(projeto INSOP, não publicado, arquivo de João Vital).

Pelo seu 2º artigo deverão ser realizados:

"estudos, pesquisas e investigações que se tornarem necessários para o perfeito aproveitamento das aptidões do trabalhador e sua conveniente adaptação às funções a que se destinar".

Na proposta de comissão organizadora, foi colocada a presença de 2 técnicos em organização científica do trabalho seleção e orientação profissional; além disso eram propostos 2 outros técnicos que deveriam ser um do Ministério da Educação e o outro do Ministério de Viação e Obras Públicas. Isto possivelmente ligado à preocupação com a psicotécnica no setor transportes.

Na época o projeto foi visto pelo então Ministro da Fazenda como muito dispendioso, não se viabilizando, apesar da promessa de Vital de que a entidade se autofinanciaria, na medida em que prestasse serviços, principalmente a entidades particulares e paraestatais, mediante remuneração.

As iniciativas que surgiram nos anos 30, todas durante o

Estado Novo, no Rio de Janeiro, dentro do Estado, ou em instituições ligadas à aprendizagem industrial não levaram em frente a psicotécnica. Em geral sofreram algum tipo de descontinuidade, ou não chegaram a se implantar. Talvez pela ausência de especialistas, talvez por serem questionadas por sua baixa validade, talvez por não serem realmente consideradas úteis ou necessárias naquele momento.

O que é importante destacar é como nesta primeira etapa a seleção teve um papel predominante, praticamente inexistindo a orientação profissional.

3 - A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo será visto como se desenvolveu uma das atividades de psicologia aplicada - a orientação profissional - através da análise de instituições consideradas representativas, fundamentalmente o ISOP e o SENAC, secundariamente o CBAI.

A orientação profissional até o fim da 2^a Guerra Mundial relativamente pouco se realizava. No pós-guerra tanto o UNESCO quanto a Organização Internacional do Trabalho reconheceram oficialmente a necessidade de orientação profissional:

"para que seja dada a todos os indivíduos, por meio de conselhos, as possibilidades de desenvolverem sua personalidade e de tirarem plena satisfação do seu trabalho, o que representará a melhor utilização das possibilidades nacionais em mão-de-obra.

(Weil, P., março/1951,p,69).

Ela veio a se desenvolver em instituições do Estado ou estreitamente ligadas ao mesmo que apareceram depois da queda de Vargas. O SENAC, por exemplo, foi idealizado segundo o modelo do SENAI, só que para aprendizes do comércio: pautou-se em legislação referente ao ensino industrial (lei orgânica do ensino industrial de 1942), organizada durante o Estado Novo, como já foi visto. Tornava a orientação profissional obrigatória para os aprendizes do comércio (decreto lei n) 8622 de 10/1/46).

O ISOP, enquanto pertencente à Fundação Getúlio Vargas, criado por ex-ministros de Vargas, tinha como objetivo colocar em prática no âmbito privado propostas de racionalização de trabalho ensaiadas na administração pública durante o Governo Vargas.

A expectativa que Mira parecia ter em relação à orienta-

ção profissional como tarefa do Estado, ficou clara durante o curso que deu no DASP, em que dava ênfase à esta questão. Apesar de ver

"a inquietação pelo problema da orientação profissional tendo origem no setor agronomico-industrial (patrões, engenheiros e técnicos da indústria) mais diretamente interessados no aumento da produção".

e declarar que:

"este setor tem muito a contribuir, pelo conhecimento do mercado de trabalho, de técnicas profissionais, motivos de fracasso dos trabalhadores".

achava:

"arriscado obedecer a um interesse exclusivamente capitalista ou econômico, prejudicando o bem-estar e formação espiritual do trabalhador".

(Mira y Lopez, 1946).

Inclusive nesta ocasião fez um programa que achava que de veria ser realizado pelo Ministério do Trabalho:

"Primeiro um censo dos trabalhadores profissionais no território nacional, assim como dos trabalhadores ativos ou em desocupação forçada.

A seguir, visando a um plano economico que abranja o panorama mundial e as conveniencias supremas do interesse coletivo, estabelecer-se-á o censo - variável entre certos limites - dos trabalhadores que se deseja conseguir em determinado prazo. De acordo com a política industrial, agrícola, sanitária do Governo deduzir-se-á se é preciso ou não criar novos tipos de trabalho, sem modificar alguns e suprimir outros; decidir-se-á também se deverá ser restringida ou favorecida a entrada de aprendizes de tais ou quais trabalhos em tais ou quais regiões econômicas do território nacional. Então e só então se poderá proceder ao ajustamento individual, uma vez que se conhecerão as exigências e oportunidades de trabalhos profissionais existentes para cada geração de possíveis aprendizes em cada zona, bem como se poderá distribui-los de acordo com a possibilidades docentes da mesma".

(Mira y Lopez, 1946).

Na mesma época, em entrevista à imprensa, afirmava:

"No hemisfério austral o Brasil é talvez uma exceção, no sentido de não possuir uma organização técnica nem uma legislação destinada a conseguir a difusão e a prática da orientação profissional em grandes setores de futuros trabalhadores".

Vê isto como uma das maneiras de solucionar o grave problema do 'hiporendimento érgico nacional'. (A Manhã, 2de junho de 1946).

Alguns anos mais tarde o próprio Mira já viu a questão de modo diferente:

"Nem todos os que precisam de orientação profissional dispõem de recursos suficientes para custear tão dispendioso processo. Quem o deve então custear? O Governo? A filantropia social? Dificilmente o governo o poderá fazer, porque diante do grande número dos que necessitam orientação, a mobilização de um pessoal técnico especializado para tal tarefa ultrapassaria qualquer expectativa".

(Mira y Lopez, 1951)

Na medida em que, possivelmente com a queda de Vargas, um projeto que colocasse a orientação profissional perdeu força, figuras públicas vinculadas ao seu governo, basicamente representados por Luis Simões Lopes e João Carlos Vital - realizaram a idéia dentro da Fundação Getúlio Vargas.

A F.G.V. desde seu início estava muito próxima ao governo, sendo inclusive subsidiada por ele. Mas também parecia ser fruto de interesses do empresariado, no caso preocupado em investigar e aplicar novas técnicas referentes ao fator humano. Como ilustração a este respeito, as declarações de Luis Simões Lopes ao apresentar o ISOP:

"A alta produção como base indispensável à elevação do nível de vida dos povos, salário compatível com a dignidade humana, e integração psicológica do trabalhador em sua tarefa, qualquer que seja sua profissão, para que de fato, o trabalho seja 'a alegria da vida' ".

... "Os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica visam conclamar os que estudam o assunto do ponto de vista científico, os profissionais da psicotécnica, nos administradores, empregadores nas atividades públicas ou privadas, "consumidores do fator humano" que tanto necessitam de mão de obra adequada a encetarmos juntos uma forte campanha de aumento da produção nacional, de maior rendimento, de maior felicidade no trabalho através da seleção e orientação profissional. Essa foi, aliás, uma das razões fundamentais que determinou o advento da F.G.V".

(Lopes, 1959)

Isso também fica claro com a colocação de João Carlos Vital "para direção suprema" do ISOP: no caso um empresário com atuação política (Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Prefeito do Distrito Federal). "um dos pioneiros da aplicação da psicotécnica no Brasil". Mira y Lopez ficou à frente da parte técnica.

Quanto ao CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Aprendizagem Industrial) foi fruto de intercâmbio Brasil-Estados Unidos, organizado de uma forma mais substancial durante o governo Dutra. Isto porque o programa também já se iniciara durante o Governo Vargas, sendo o 1º acordo assinado em 1945 para o ensino agrícola, entre os Estados Unidos e o Ministério de Agricultura. Na gestão Dutra houve uma abertura maior para a influência e participação do capital estrangeiro - especialmente o americano.

Quanto aos seus objetivos o SENAC e o CBAI eram instituições comprometidas com a aprendizagem industrial e agrícola (CBAI) e comercial (SENAC); tentando selecionar para melhor treinar a força de trabalho brasileira. Isto determinou também as características da orientação profissional, que se preocupava em localizar e dirigir a força de trabalho dentro do ensino profissionalizante existente.

A importância econômica deste tipo de ensino foi coloca-

da na apresentação do seu boletim:

"Estas são duas espécies de ensino que estão ligadas à base econômica do país. O ensino agrícola tem em vista o aumento de alimentos; o industrial, a expansão de fábricas, e ambos visam um padrão de vida mais elevado".

Isto baseado em que:

"Quanto mais forte o Brasil for, tanto maior será sua força como aliado na defesa do Hemisfério e como comprador dos produtos dos Estados Unidos em tempos de paz. É vantajoso para os Estados Unidos de qualquer modo, que sua nação irmã, abaixo do Equador, faça o maior progresso em produção, industrialização, prosperidade e padrão de vida".

O treinamento proposto era de:

"utilização de métodos econômicos de eficiência e trabalho no campo e nas fábricas".

(Boletim CBAI jan/1947)

A orientação profissional era um tipo de técnica para a qual se achou importante preparar professores, treiná-los já que prometia viabilizar o treinamento idealizado.

O SENAC neste sentido também se assemelhava, na medida em que se dedicava a:

"permitir ao jovem que se destina ao exercício profissional do comércio, ou que nele já se encontra, uma formação suficiente e indispensável à valorização de seu trabalho, e conseqüentemente à conquista de uma situação econômica e social definida, ajustada à sua vocação...

... permitir ao comércio encontrar, no mercado de trabalho profissionais competentes, convenientemente formados, que lhes possibilitem maior eficiência na execução dos serviços".

(Dannemann, R, 1952)

Isto fazia com que sua orientação profissional:

"não tinha como objetivo tanto a escolha, e sim orientar os aprendizes dentro do curso, na ocupação e como enga-

já-los no mercado de trabalho".

(entrevista com Maria Teresa Moreira)

Os exames feitos viam predominantemente as aptidões e ligeiramente a parte de personalidade, fazendo a partir desta testagem ao ingressar no SENAC, um perfil do aprendiz, que seria enriquecido posteriormente com observações sobre sua evolução.

Interessante é que paralelamente a esta tarefa havia um atendimento para orientação vocacional, realizado duas vezes por ano, geralmente em grupo, para filhos de funcionários do SENAC ou de comerciantes. Este atendimento era mais prolongado e detalhado.

Já o ISOP funcionou nestes anos como um órgão de prestação de serviços.

"para indivíduos e coletividades do Brasil".

(folheto de apresentação do ISOP, 1947).

Era caracterizado como:

"organização técnico-científica a serviço da indústria, do comércio, das famílias, das escolas do Brasil e das demais entidades públicas e privadas".

(folheto de apresentação do ISOP, 1947)

Era colocado ainda o seguinte "objetivo básico":

"contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho mediante o estudo científico das aptidões e vocações do primeiro e os requisitos psicofisiológicos do segundo".

(ABP set/dez, 1949)

Se o ISOP se colocava na sua definição como instituição comprometida com toda a "comunidade", parecia haver, pelo menos formalmente, a expectativa de alguma atividade de orientação profissional para trabalhadores. Esta no entanto não se desenvolveu. Houve algumas palestras sobre profissões, como construção civil, tecelagem para os alunos do Instituto Rabelo, mas o ciclo proposto não se completou devido à evasão dos alunos.

Desde seu início o ISOP passou a oferecer um atendimento em orientação profissional para uma classe média alta, a futura elite dirigente.

"Era um processo caríssimo; então fazia orientação um percentual de uma nata, classe média altíssima...

... Nesta época com esta clientela não havia possibilidade de você indicar um curso técnico, porque a clientela se recusava: a nossa clientela era clientela que iria para faculdade".

(Entrevista com J.Cavaliere)

Os atendimentos eram feitos individualmente ou então em grupo, estabelecendo-se convênios com colégios como Mallet Soares, Anglo Americano, São Fernando, Bennett, Andrews, etc.

Se parece que a preocupação do SENAC e CBAI era com uma orientação profissional profissionalizante, isto é, dentre os cursos que eram oferecidos pelas respectivas escolas, já o ISOP abria o leque, oferecendo várias modalidades de orientação: a disjuntiva ("optativa entre um número limitado de possibilidades"); a parcial ("seletiva entre um grupo de categorias de trabalhos") e a global, em que a partir de um estudo mais abrangente, analisava a questão profissional.

Como ponto para reflexão fica que a orientação profissional se amoldava a diferentes interesses. Nas escolas de aprendizagem o interesse era específico: agrupar de modo mais racional e eficaz seus alunos, obtendo um certo controle sobre os mesmos, selecionando assim sua futura mão-obra. No entanto no ISOP a idéia era oferecer à uma elite um processo de escolha mais aperfeiçoado.

Propostas diferentes para classes diferentes. Isto se integrava também perfeitamente em todo o sistema educacional na época que era dual. Isto dava uma formação diferente para duas classes. Isto é expli-

citado na própria exposição de motivos do ministro G. Capanema no anteprojeto da reforma:

"O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo".

(Cunha, 1977)

Como mostra Cunha (1977) os demais ramos do ensino médio objetivavam formar uma força de trabalho para a produção e para a burocracia:

"O ensino agrícola - para o setor primário.
 O ensino industrial para o setor secundário.
 O ensino comercial para o setor terciário
 O ensino normal para a formação de professores para o ensino primário". (idem)

Estes ramos profissionalizantes do ensino médio não tinham uma articulação com o ensino superior, ou esta articulação era dificultada, isto é, quem tivesse o curso técnico, dificilmente teria acesso ao ensino superior. Bem claramente duas propostas diferentes para duas classes, que pareciam ter como objetivo reproduzir o sistema vigente. A orientação profissional que se desenvolveu também se amoldava a estas duas propostas.

Este ponto também foi significativo em relação à evolução sofrida pelo psicotécnico, a partir da experiência dentro destas instituições no Rio de Janeiro.

Parece que a orientação profissional inserida dentro do projeto de treinamento de força de trabalho foi a primeira etapa do caminho profissional do orientador educacional. Este de certo modo levou para dentro da educação - a um nível mais amplo e institucio-

nalizado - questões psicológicas e uma visão psicológica.

Tanto o CBAI quanto a experiência do SENAC foram posteriormente incorporadas pelo orientador educacional. No CBAI basicamente preparou-se orientadores educacionais para as escolas técnicas federais. Já no SENAC ficou nitido no próprio histórico oficial da instituição, que houve uma primeira etapa de 1948 a 1956 em que:

"voltada para os menores aprendizes e para os aspirantes ao comércio, o processo de orientação profissional atendia, sobretudo, ao estudo vocacional dessa clientela, através do exame de aptidões, interesses, traços de personalidade e de exame médico bio-tipológico".

... A metodologia utilizada centrava-se no orientador, responsável por aplicação das técnicas psicométricas, dominantes no processo.

(Muniz, 1981)

Todavia no correr do processo, tornaram-se evidentes as seguintes características:

"ausência de tipificação das ocupações comerciais para menores.

Falta de identidade ocupacional (ou maturidade vocacional, segundo Super) dos adolescentes, incapacidade do mercado de trabalho absorver mão de obra nessa faixa etária".

Isto levou à seguinte conclusão:

"Embora o trabalho psicológico fosse cientificamente bem desenvolvido e fundamentado, o contexto brasileiro não oferecia condições para atendimento aos aspectos sociológicos e sócio-econômicos do processo".

(Wanicki, 1980)

Apesar de depois de 1953, o SENAC ter formado a primeira rede de serviços de orientação profissional, em 1956 entrou-se numa segunda etapa:

"de psicométrica a abordagem passou a ser psicopedagógica. O fim último deixou de ser a colocação no emprego (com vistas a uma escolha profissional futura) e passa a ser um acompanhamento de menores com vistas a seu melhor ajustamento e rendimento tanto em seu círculo escolar, como familiar e profissional".

(idem)

O Serviço deixa de se chamar de Seleção e Orientação Profissional, e passa para Seção de Orientação Educacional e Profissional".

Se o trabalho psicométrico deu origem ao psicólogo, foi também o ponto de partida para o orientador educacional. Inclusive o histórico da orientação educacional no Brasil é muito semelhante com a do psicólogo (in Grinspum 1975) tendo as mesmas instituições e figuras como referência (CFESP, INEP, ISOP, etc).

Mello (1975), vê a existência de dois profissionais diferentes com a mesma função:

"consequência de alguns equívocos históricos quanto a concepção do papel do psicólogo na escola, que derivam em grande parte da ênfase clínica que se atribui à profissão no Brasil". (p.56)

A regulamentação das duas profissões se deu no mesmo período: o orientador educacional é de certo modo regulamentado em 1961, através da própria lei de diretrizes e bases, pois esta define sua situação, coloca-o como figura obrigatória ao nível médio, e começa a dispor sobre sua formação (artigo 62 e 63). A regulamentação propriamente dita só ocorreu em 1968. Esta institucionalização que caracterizou a situação do orientador educacional não ocorreu com o psicólogo.

Mello (1975) vê a omissão da orientação educacional como atribuição do psicólogo tendo as seguintes consequências:

"custou à psicologia a perda de uma das suas mais nobres áreas de aplicação, e à orientação educacional o esvaziamento de grande parte das suas funções, é, sem dúvida ainda mais oneroso para o sistema educacional como um todo". (p.57)

Por sua vez a orientação profissional praticada pelo psicotécnico em instituições do tipo ISOP parece ter representado uma passagem para o futuro psicólogo entrar na via clínica já que em realidade a orientação profissional era um psicodiagnóstico que se fazia, no

caso dando mais relevo à questão profissional;

"Faziam um diagnóstico com o maior rigor possível:
Chegavam a conhecer detalhes íntimos do indivíduo.
Tinham todo o indivíduo.

A orientação profissional era um exame profundíssimo:
a preocupação era se equacionar tudo aquilo, se fazia
entrevista com mãe, pai, com avô, era 3,4 vezes com
orientação, uma bateria de testes de inteligência, de
aptidão, de personalidade".

(entrevista com J. Cavalieri)

Representou uma ponte para a clínica, por ter-se dado muita ênfase aos testes de personalidade, sendo a orientação profissional um meio e motivo para os técnicos do ISOP estudarem, pesquisarem, padronizarem não só testes de personalidade, como entrevistas de cunho terapêutico que às vezes eram feitas como entrevistas de resultados..

De certo modo a orientação profissional também funcionava para a clientela como um primeiro contato com o atendimento psicológico, visto com receio e desconfiança na época. Em uma série de casos se notava que a motivação não era a questão profissional, mas problemas pessoais não assumidos.

Os psicotécnicos também fizeram aproximações não assumidas com a terapia: por exemplo, a orientação vital, tipo de atendimento terapêutico limitado e diretivo; ou a psicoterapia menor, tipo de terapia de apoio, assunto de cursos dados por Mira.

O que parece claro é que desde o início havia um interesse muito significativo pela clínica. Tanto por parte do próprio Mira, que estava profundamente interessado nela, como pela equipe de pessoas que ali trabalhava. Se havia esta fascinação, também havia o temor de exercê-la e entrar em confronto com os médicos que colocavam a prática psicoterápica como exclusiva de sua área.

"A única coisa que não funcionava no ISOP era a clínica. E mesmo assim se fazia uma clínica camuflada, porque às vezes você ficava 2,3,4 meses e você fazia um aconselhamento. Não havia o sentimento que estava se fazendo clínica".

(entrevista com J. Cavaliere)

Características de certo modo semelhantes podem ser notadas no COJ (Centro de Orientação Juvenil), que em uma primeira etapa depois de sua fundação em 1946 tinha como função a orientação profissional de adolescentes. Poucos anos mais tarde, tendo já sido criado o ISOP, o COJ passou a realizar um trabalho psicoterápico, coisa praticamente inédita até então com psicólogos no Rio de Janeiro.

Também no Instituto de Psicologia Aplicada da PUC/RJ os primeiros trabalhos aplicados foram de orientação profissional, no caso ligada ao encaminhamento profissional de aprendizes do Banco da Providência (por volta de 1960). Em 1962 foi feito um convênio com o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) do Ministério da Saúde, sendo lá instalado um Ambulatório de Orientação Vocacional. Em troca de profissionais de seus quadros cedidos à PUC, seria oferecida orientação vocacional gratuita para pessoas mandadas pelo SNDM. Paralelamente começou também a funcionar o Centro de Orientação Psicopedagógica (COPP) em que se fazia diagnósticos e terapias de crianças e adolescentes.

O que se pode notar então é que em instituições que posteriormente se destacariam pelo seu trabalho clínico, a orientação profissional representou um início relevante. A orientação profissional era um tipo de atividade aceita e bem vista para um profissional não médico.

Apesar do temor e da competição com o médico, este pareceu

ser o seu modelo e ideal. O médico aí entendido psiquiatra, e principalmente o psicanalista. Isto por algumas características de seu trabalho: o médico era, especialmente neste período, predominantemente um profissional liberal. Ser um profissional liberal implicava em grande autonomia; o acesso aos pacientes era direto, o tipo e as condições de trabalho eram determinadas pelo médico (horário, preço, instrumental utilizado).

O poder médico também era fascinante para o novo profissional, viabilizado pelo seu trabalho de cura. O trabalho psicoterápico, com as dimensões de ajuda, de assistência, de "humanidade", reforçavam sua identificação com o médico. Este poder era visível pelo status e respeito de que o médico desfrutava. O poder médico também era visível dentro da própria burocracia, em que este ocupava cargos de direção.

Talvez seja importante levar em conta este aspecto, o ideal de se tornar profissional liberal, para poder entender a falta de interesse na época em lutar pela institucionalização da psicologia dentro da educação. Trabalhar no Estado, ter de certo modo, função pedagógica, implicava em assalariamento, falta de autonomia, vínculo com uma burocracia que determinava a forma e condições do trabalho. Parece que disto os psicotécnicos, que vinham de profissões (pedagogia, serviço social, enfermagem, medicina, estatística, etc) sob estas condições, queriam escapar.

Se esta aspiração ficava quase escondida, não era a toa que os psicotécnicos buscavam desde o começo dos anos 50 a regulamentação: este seria o instrumento legal que possibilitaria o acesso à clínica, como será visto posteriormente.

5 - A SELEÇÃO

O trabalho de seleção, iniciado anteriormente, como já foi visto, tomou impulso a partir do surgimento do ISOP, que se propunha a realizar esta tarefa em ampla escala. O ISOP funcionou como espaço de formação, aprendizado e prática, que posteriormente iria possibilitar a criação de serviços de psicologia dentro das empresas. As empresas estatais (Petrobrás, Companhia Siderurgia Nacional, Light, Rede Ferroviária Federal) foram as que primeiro incorporaram este tipo de serviço. Só a partir dos anos 60, com novo desenvolvimento da industrialização nacional, foram criados serviços pelas empresas privadas. Isto pode estar relacionado com o fato de que o Rio funcionou como núcleo das instituições ligadas ao estado; as empresas particulares se estabeleceram mais significativamente em São Paulo.

Nas páginas subseqüentes serão apresentadas duas experiências significativas: a seleção dos motoristas pelo ISOP e de ferroviários para a RFF. Estas duas situações são trazidas por mostrarem claramente as repercussões deste tipo de trabalho junto a examinados e examinadores.

Importante ressaltar que a seleção foi, apesar das dificuldades encontradas, se introduzindo progressivamente dentro das organizações - movimento que se manteve até hoje. Em praticamente qualquer empresa de médio e grande porte existe um serviço de psicologia, certamente com alguma atividade de seleção, sua prática mais estabelecida.

Na época o desafio que se colocava em termos da seleção, era provar como o novo tipo de profissional era eficiente e necessário, como através do seu instrumental - testes e aparelhagem sofisticada - discriminava as aptidões, racionalizando aspectos da estrutura de transportes urbanos, prevenindo acidentes, etc.. Isto esbarrava com os prejuízos sofridos pelos excluídos, e com a hosti-

lidade que este instrumental despertava. O novo profissional ficou muito visado, tendo que se defender publicamente, isto por sua vez divulgando seu trabalho.

Em palestra no Rotary Club Copacabana em 1952, Mira falou a respeito: (1)*

"Se o ISOP não tivesse sido incumbido dessa tarefa (Seleção de motoristas), a maior parte das pessoas que hoje fala de nós, não saberia que existimos. Essa incumbência no entanto conduziu esta organização quase ao domínio do escandalo".

(Rotary Copacaba 31/3/52).

Num primeiro momento, o ISOP foi vinculado ao Departamento de Trânsito, tendo seu diretor, major Menezes Cortes, tornado obrigatório o psicotécnico para motoristas profissionais. e causadores de acidentes.

Em 27 de março de 1951, o major Menezes Cortes, então diretor do Trânsito, pela portaria nº 30 pôs em vigor os artigos 108 e 130 do decreto lei nº 3651 de 25/2/41 (Código Nacional do Trânsito) e os artigos 4º e 7º letra A do decreto lei nº 9545 de 5/8/46 que caracterizavam o exame psicotécnico como necessário à apuração da capacidade física e mental dos condutores de veículos.

Esta tarefa ficou a cargo do ISOP visto como:

"a única entidade capaz por sua aparelhagem e corpo técnico de dar início a este serviço".

Isto criou turbulência especialmente junto aos motoristas, que a partir de serem considerados inaptos, perdiam a possibilidade de trabalhar, e também o direito à aposentadoria.

Esta situação levou a uma luta transmitida assiduamente pelos órgãos de imprensa, que funcionaram no sentido de tornar a nova instituição (ISOP) conhecida, assim como suas atividades.

Na primeira etapa, o Correio da Manhã, por exemplo, se colocou como iniciador da "campanha pela adoção dos psicotécnicos". Tentou explicar o que era feito, como tentando desfazer as ameaças que esta nova atividade trazia: (2)

* Neste capítulo a numeração entre parenteses corresponde ao título e data dos artigos, encontráveis em anexo.

"Tudo muito elementar, muito simples, ao alcance de qualquer pessoa que não possua graves deficiências".

(Correio da Manhã, 29/3/51)

A necessidade de tranquilizar também ficou evidente, pelo noticiário mostrar o presidente do Sindicato dos Motoristas do Rio de Janeiro, como um dos primeiros candidatos a se submeter ao psicotécnico. (O Jornal 3/4/51).⁽³⁾

A reação hostil surgiu em algumas matérias, como por exemplo no Correio da Manhã, em que foi citado rapaz que teve acidente, que assim se manifestou: (4)

"recusou-se a ser fotografado.

- Mas não é direito fazerem tantas provas logo agora quando estou com os nervos abalados pelo acidente. Se passar nestes exames, serei piloto e não motorista".

(Correio da Manhã, 4/4/51)

Outro motorista foi citado, que perguntava:⁽⁵⁾

"Por que tanta coisa para dirigir um ônibus? Quando explicadas as razões, reduzindo tudo a suas proporções exatas, o motorista achou que estava tudo certo e que realmente havia motorista colega seu que chegava a dormir na direção. Queixou-se da necessidade de ganhar a vida fazendo um maior número de viagens nos carros que dirige para pegar as comissões que as companhias dão".

Em matéria grande de 'A Noite Ilustrada, foi entrevistado Orlando Menezes, motorista, 26 anos, que: (6)

"concorda com os testes; acha somente que o instituto da classe deveria pagar sua matrícula, CR\$100,00. Pelo menos vão acabar com os maus elementos da classe".

(A Noite, abril/51)

Ou então o registro feito pelo O Globo.⁽⁷⁾

'Motoristas descontentes com a relevante decisão do

diretor do Serviço de Trânsito pediram ao major Cortes que reconsiderasse aquela exigência alegando que a morosidade do serviço prejudicava os seus interesses de profissionais".

Mira, entrevistado nesta ocasião, se defendeu, colocando que naquele momento o ISOP examinava 10, mas a partir do mês seguinte, examinaria 25 candidatos diariamente. E que os resultados eram dados em 24 horas para os que desejavam licença, e em 72 nos casos de processo.⁽⁸⁾

Seis meses mais tarde apareceu matéria que falava extensamente do funcionamento do ISOP, dando as seguintes impressões dos motoristas:⁽⁹⁾

"Todos são unânimes em declarar que o exame é necessário, mas que a taxa de exame não deveria ser paga por eles, mas pelo IAPETC. Por que nossas autoridades não obrigam mediante modificações que devem ser introduzidas na lei, as empresas de ônibus a pagar melhor a seus profissionais, evitando dessa forma o atropelo causador do maior número de acidentes de tráfego?"

Parece que em resposta a estas colocações, em várias ocasiões, Mira fez críticas às condições de trabalho dos motoristas⁽¹⁰⁾ (O Cruzeiro 26/1/52). Mas ressaltava a necessidade do psicotécnico. Em alguns momentos referiu-se à experiência europeia, ou no sentido de mostrar como os próprios motoristas na Espanha tinham desejado o psicotécnico após um certo tempo (A Noite, sem data)⁽¹¹⁾; ou como o critério do ISOP era benevolente em relação ao europeu.

Parece que esta questão passou a ser problemática para os sindicatos. O Cruzeiro, em 26/1/52, assim se manifestou a respeito.⁽¹²⁾

"Mas por trás dos exames psicotécnico desenrola-se outro drama: o IAPETC envia todos os esforços afim de que os certificados de inaptidão emitidos pelo serviço do professor Mira sejam anulados. Depois de fazer o psicotécnico (e ser declarado incapaz) o motorista vai ao institu-

to competente, onde é submetido a novo exame geral. Ao Instituto não convém aceitar a invalidez dos motoristas, pois quanto maior for o número de aposentados por incapacidade, maiores serão os gastos daquela autarquia. Os líderes da classe dos motoristas tem feito tudo para que o exame psicotécnico seja abolido no Rio de Janeiro".

W. Carnavale, que trabalhou na Divisão de Seleção de Motoristas do ISOP, deu o seguinte depoimento:

"Havia um problema muito sério, um problema social. Porque de acordo com a lei, um motorista contra indicado pelo ISOP não podia mais dirigir. Mas ao mesmo tempo este resultado não era suficiente para que o Instituto o aposentasse, na ocasião era o IAPETC. Então o IAPETC não os aposentava, porque não reconhecia por lei o resultado do exame psicológico como causa suficiente para aposentadoria. Resultado: os advogados das associações de motoristas iam em cima, e eu ficava entre a cruz e a caldeirinha".

No Diário Popular de 20/3/52 foi relatado como de 2.990 motoristas testados em quase um ano, 20% teriam sido reprovados.⁽¹³⁾

A polêmica que se tratava ao redor do exame psicotécnico também foi aproveitada no sentido de se mostrar a necessidade de regulamentação do novo profissional, afim de fazer frente ao charlatanismo. Mira, em entrevista, mencionou a Sociedade de Psicologia do Rio de Janeiro presidida por Nilton Campos, e a de São Paulo, presidida por Oswaldo B. dos Santos.⁽¹⁴⁾

"Graças a estas duas, e à criação da Associação Brasileira de Psicotécnica, não será difícil conseguir muito breve dos poderes públicos não somente que regularizem e legalizem as atividades psicotécnicas no Brasil, como também assegurem aos seus cultores o preparo de nível universitário imprescindível para poder continuar a desenvolvê-los cada vez mais com menor margem de erros".

(Diário Popular, 19/3/52)

Pouco meses depois, foi realizada uma reunião no ISOP organizada pela Associação Brasileira de Psicotécnica, em que Mira fez comunicação sobre os resultados iniciais da seleção psicotécnica de motoristas no Rio de Janeiro e problemas dela resultantes. Instituições como o Departamento Nacional de Previdência Social, IAPETC, Automóvel Club, Divisão de Transportes da Prefeitura, etc., tinham sido chamadas. Um dos problemas destacados era o número crescente de inabilitados que era visto como: (15)

"criando um problema muito sério para o qual se torna indispensável e mesmo urgente o encontro de uma solução. O motorista que é proibido pelo Serviço de Trânsito, com a cassação de sua carteira de habilitação, em consequência dos resultados totalmente negativos a que foi submetido no ISOP, fica em situação de completo abandono, face a legislação social vigente. Se é empregado, perde o emprego sem direito a qualquer indenização, e embora seja contribuinte de uma instituição de previdência social, não tem direito sobre a aposentadoria, uma vez que sua incapacidade para trabalhar não é na grande maioria dos casos de ordem física e sim técnica".

(O Jornal, 1952)

Mira propôs que fosse estudado o assunto por uma comissão constituída de elementos da Associação Brasileira de Psicotécnica, com a colaboração do Ministério do Trabalho.

Já em outubro de 1953, em matéria do Cruzeiro foi relatada a saída de Cortes, e a entrada de Edgar Estrela para a chefia do Serviço de Trânsito. (16) Este se propunha a substituir o psicotécnico pelo psicofisiológico, exame médico apenas, que seria realizado pelo Serviço Médico da própria Polícia. O novo chefe de Trânsito questionou o preço cobrado pelo ISOP: (17)

"Enquanto a Fundação cobrava CR\$ 250,00 por exame

psicotécnico, na Polícia, aquele que a lei impõe e se processa com o máximo rigor, custa apenas CR\$ 5,00".

(O Globo, 21/4/53)

Fica a dúvida do quanto a saída de Cortes e a adoção deste tipo de medida teve a ver com a pressão dos sindicatos de motoristas.

Em artigos posteriores, foi relatada a devolução de carteiras de motoristas, que antes tinham sido considerados inaptos pelo ISOP. Mira, em entrevista, assim se colocou a respeito:(18)

"Já sabemos que o Sr. Estrela pretende acabar com o psicotécnico. Estamos mesmo preparando uma notificação pela qual nos desligamos de toda e qualquer responsabilidade quanto aos motoristas examinados. O atual diretor praticamente desmoralizou este serviço de seleção. Raros são os motoristas que o seu departamento nos envia ultimamente, e o que é pior recebemos mesmo denúncias, segundo as quais carteiras de diversos motoristas reprovados nos exames psicotécnicos estariam sendo devolvidas. Portanto não há utilidade em prosseguirmos nos nossos trabalhos". (O Globo, sem data)

O assunto tornou-se discutido quase que diariamente pelos principais jornais cariocas, que unânime se colocaram contra a posição de Estrela e a favor do psicotécnico.

Inclusive o ex-diretor do Trânsito, Menezes Cortes, mostrou como fora a própria Polícia que credenciara o ISOP, já que não se considerava devidamente equipada.⁽¹⁹⁾ (O Globo, 24/4/53). Já o médico da Polícia Militar viu o psicotécnico como ilegal, e achava que caso fosse legal, o Serviço Médico da Polícia teria condições de executá-lo.⁽²⁰⁾ (Diário da Noite, 24/4/53).

O Diário da Noite fez verdadeira campanha de defesa do psicotécnico, propondo inclusive que o Congresso votasse uma lei especial tornando-o obrigatório.⁽²¹⁾ (Diário da Noite, 25/4/53). Abriu "Livro de protesto", com grande número de assinaturas. Foi a Câmara Municipal, ouvir a opinião de vereadores, sendo entrevistados Frederico Trota, Silvino Neto, e João de Freitas, que se colocaram inteiramente a favor do psicotécnico.

Apesar da cobertura favorável da imprensa, Estrela manteve sua posição. Neste período, o ISOP, através de Mira e sua equipe tentava mostrar a importância deste tipo de exame.

A partir de um processo que um motorista iniciou contra o diretor de trânsito anterior, Cel. Cortes, sob a alegação de que sofrera violências, sendo posteriormente forçado a se submeter a exame de capacidade física e a exame psicotécnico⁽²²⁾ (O Globo, 27/4/53), o caso foi ao Tribunal Federal de Recursos, que em 28/4/53 colocou como legal a exigência de psicotécnico⁽²³⁾ (Diário da Noite). O exame entretanto saiu das atribuições do ISOP, passando a ser reconhecido pelo Estado e como tal se colocando a necessidade de montar a infra-estrutura necessária para tal.

Estrela declarou o seguinte:⁽²⁴⁾

"Só que os ministros do TFR julgaram legal aparelhar o serviço médico da polícia para realizar estes exames, sem cobrar a taxa exorbitante ora estipulada, que chega a CR\$ 250,00 para cada examinado. Restituiu assim aquele serviço uma atribuição que lhe foi usurpada, em proveito da receita de terceiros, e com pesado ônus para os motoristas".

(Diário da Noite, 28/4/53)

O ISOP se defendeu, através de entrevista de Mira y Lopez, mostrando como outros órgãos governamentais (Presidência da República, Instituto Rio Branco, DNER, Polícia Militar) faziam sua seleção através dele. Que o preço cobrado não era de CR\$ 250,00 e sim CR\$ 100,00. E que estava sendo feita uma confusão entre conceitos de saúde e aptidão. Mostrou também resultados de pesquisa mostrando o benefício do psicotécnico. Terminou colocando que os exames psicotécnicos eram deficitários, havendo subvenção por parte do Governo e da F.G.V.

(25) (A Noite 30/4/53).

Profissionais de áreas afins, como a psiquiatra Iraci Doyle também se manifestaram:⁽²⁶⁾

"Quem sabe as dificuldades de que se cerca o exame psicotécnico, o tempo que ele exige, a aparelhagem necessária, o número de técnicos, compreende perfeitamente que este

exame não pode ser feito à ligeira e a um preço muito baixo. O receio que nós interessados em defender o conceito da psicologia no Brasil temos, não é tanto que o exame psicotécnico seja abolido, como principalmente que ele seja desmoralizado, o que acontecerá se tal for realizado por pessoas que não estejam realmente preparadas, ou então que, premidas pela necessidade de encurtar o tempo da prova, juntamente à redução do preço, tenham que agir de modo excessivamente humano e superficial".

Em relação ao psicotécnico, o ISOP é a única instituição verdadeiramente credenciada. Um departamento de psicotécnicos não se prepara da noite para o dia. Principalmente dada a necessidade de formação de técnicos".

(O Dia 3/5/53)

Terminou, sugerindo a Estrela que fizesse exame de consciência:

"Nós psicólogos sabemos que os argumentos lógicos muitas vezes ocultam motivos emocionais como sejam qualquer preferência pessoal, desejo de desavar um amigo.

(Idem)

Zoé Laet, do ISOP, deu uma entrevista (27) (O Dia 8/5/53), em que ressaltou o sentido profilático do psicotécnico ao "diminuir desastres provocados por falta de aptidão".

E o presidente da F.G.V., Luis Simões Lopes, se expressou da seguinte forma: (28)

"No intuito de bem esclarecer o assunto, a F.G.V. dirigiu-se ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a propósito do ato arbitrário do Sr. Estrela.

A FGV não podia falar ante as críticas do Diretor do Trânsito, e deseja mesmo um inquérito para demonstrar

a improcedência destas críticas quanto aos aspectos técnicos do problema, já que os propósitos desta entidade puramente desinteressada são por demais conhecidos.

A F.G.V. solicitou ao Sr. Ministro que mandasse reexaminar o problema do psicotécnico por pessoas de sua inteira confiança, sugerindo inclusive que fossem ouvidas a Associação Brasileira de Psicotécnica e os especialistas de Trânsito que se encontram nesta capital reunidos pelas Nações Unidas".

(Diário da Noite, 9/5/53)

Terminou falando do investimento financeiro feito, através da aquisição de vários aparelhos, "cujo preço total montou a mais de um milhão de cruzeiros", parecendo haver a expectativa de algum tipo de indenização.

A questão foi levada também para Congressos que na época se organizaram: em 1953, o II Congresso Latinoamericano de Psicologia em Curitiba aprovou recomendação no sentido de tornar extensiva a todo o território nacional o exame psicotécnico de motoristas profissionais (ABP dez 53). Em 1954, o I Congresso Latino Americano de Saúde Mental aprovou por unanimidade que se recomendasse às autoridades competentes em cada país latinoamericano que fosse feito o exame psicotécnico, incluindo-se o PMK (ABP junho/54).

A questão terminou indo ao Conselho Nacional de Trânsito em abril de 1953, que deliberou a regulamentação do psicotécnico tornando-o obrigatório para os candidatos a motoristas e aos que tivessem tido acidentes. Os exames ficaram de ser realizados pelo serviço médico da polícia⁽²⁹⁾ (Diário de Notícias 9/6/53).

Nesta ocasião novamente os depoimentos dos motoristas foram contrários ou alertavam para a questão de desemprego:

"Sei que o exame é rigoroso e muitos como eu, sem jamais terem provocado desastres, irão ficar sem

poder dirigir e desempregados. A única coisa que sei fazer é guiar automóvel e se isso me for tirado, minha família morrerá de fome".

Ou:

"As vezes acho bom fazer esse exame, principalmente quando viajo de lotação. Os chauffeurs de lotação não tem responsabilidade e necessitam de exame. Os amadores deverão igualmente fazê-lo. Já que o exigem do profissional, não será justo que os amadores não o façam. O que pode acontecer, porém, é que muitos colegas poderão perder o direito de dirigir e com isso perderem o emprego. Nesse ponto é um absurdo. Esse exame psicotécnico tem que ser uma coisa muito cuidadosa para evitar que ele se transforme em uma fábrica de desempregos".

(Última Hora 10/6/53)

Esta questão afetou muito o ISOP, que passou a publicar uma série de trabalhos sobre a questão: em dezembro do mesmo ano apareceu um trabalho apresentado no II Congresso Latino Americano de Psicologia, que mostrava como dos 53% dos motoristas considerados aptos na população pesquisada, 41% eram registrados como sofríveis, em contraste com os 0,6% considerados bons, e 11,8% considerados normais. Os autores assim se explicaram a respeito dos resultados:

"Uma das mais severas críticas que tem sido feitas ao exame psicotécnico de motoristas é o aparecimento de um sério problema de ordem social, pois os indivíduos considerados "inaptos" definitivamente não recebem aposentadoria pelo IAPETC. O fato de examinarmos "aptidão" em indivíduos já em exercício da profissão faz com que tenhamos de encaminhar o prejuízo aos motoristas e seus dependentes com o afastamento do meio de vida onde obtêm um salário relativamente elevado, mais de CR\$ 3.500,00 (3 vezes o salário mínimo) segundo suas próprias declarações no preenchimento da "ficha social". A impossibilidade de substituição mesmo num futuro próximo de tal nível de salário em outra profissão faz com que seja classificado em "apto sofrível"

uma massa de motoristas que pelos resultados apresentados estão no limiar da inabilitação.

A nosso ver, a percentagem verdadeiramente insignificante de inaptos definitivamente - 0,3% é largamente recompensada pela garantia que tem a população de uma medida que contribui para sua segurança".

(Vieira, M., e outros, ABP, dez/1953)

Parece bem evidente a preocupação dos psicotécnicos com o tipo de consequência impopular e prejudicial aos motoristas, isto de certo modo possivelmente contaminando os resultados. Este dado é importante como uma expressão da pressão a que estavam submetidos os profissionais envolvidos nesta situação.

O conflito entre atribuições de psicotécnicos e médicos psiquiatras também nesta área se fazia notar: a testagem como uma atribuição mais específica do psicotécnico se delimitou, ao mesmo tempo em que os médicos lutavam para reaver o controle sobre este tipo de avaliação.

Importante é que a seleção psicológica foi sendo incorporada a nível de Estado - o que implicava uma utilização ampla. Ao longo dos anos 60 consolidou-se como sendo tarefa do psicólogo.

Ainda no setor transportes, pode-se ver a seleção para os ferroviários, que estivera desativada durante uma série de anos, recebendo um grande estímulo a partir de 2 acidentes de trem ocorridos em 1957/58, durante o governo de Kubitschek, Este determinou a partir disso a intervenção na R. F.F., convocando também uma C.P.I. para apurar responsabilidades.

"Com a CPI muita coisa veio a baila: problemas sociais dos maquinistas, problema de dobra de horário e de turno de trabalho, salários baixos.

(entrevista W. Carnavale)

A CPI chegou à conclusão de que tinha havido falha humana nos acidentes, e entre suas medidas colocou a do exame psicológico.

No caso, estes exames psicológicos deveriam ser feitos com maquinistas e assistentes de maquinistas. A seleção psicológica voltou a se estruturar acompanhada neste momento de poder:

"Muita gente, talvez não gostasse da psicologia, mas eu vinha com uma carta da presidencia da Rede. Nós tínhamos um status muito alto na empresa por isto. Porque a cada instante, o presidente da República estava tomando satisfação para saber. Houve uma imposição da CPI, tinha que fazer. Então a diretoria da Rede estava praticamente pressionada de várias maneiras, no sentido de que ela se organizasse e atendesse àquela imposição da CPI. E então nosso serviço foi crescendo.

(Entrevista com W. Carnavale)

Novamente recorreu-se ao ISOP, tanto em termos de reestruturar o serviço, o que demorou uns 2 anos, quanto para suprir os exames psicotécnicos no período intermediário. O novo serviço estruturou-se a partir dos subsídios colhidos através de uma viagem feita por um psicotécnico - José Pontual - à Europa visitando centros de psicologia industrial e serviços de psicologia de estradas de ferro, inclusive encomendando de lá a mais moderna aparelhagem. Também as técnicas mais modernas, como por exemplo a dinâmica de grupo, parecendo a Rede ter sido a primeira empresa a utilizá-la no Brasil.

"Nós procurávamos na ocasião pegar o que havia de mais moderno, de mais atual para trazer para a Rede. Por uma razão muito importante: nós tínhamos força para isto".

(entrevista W. Carnavale).

O atendimento provisório feito pelo ISOP foi acompanhado de perto pela empresa. Mira em seus depoimentos, além de reforçar a necessidade do exame, enfatizava a má remuneração, o reduzido horário de destaques do ferroviário⁽³¹⁾ (Correio da Manhã, 27/5/58). Em matéria do Diário Carioca,⁽³²⁾ (22/5/58) Francisco Campos, chefe da Divisão de Seleção informava que:

"A estrada de ferro Leopoldina, quando mandou seus maquinistas para os psicotécnicos, solicitou que fosse eliminado o menor número possível de elementos".

A Central solicitou absoluto rigorismo na seleção dos elementos, considerando que se trata de profissionais encarregados de uma função para a qual se devem exigir aptidão e personalidade perfeitas".

Possivelmente isto porque a Central era visada, em função das situações vistas. Fica claro sempre a presença de uma certa pressão contra o exame.

Os psicotécnicos que faziam os exames para os ferroviários da Central, se preocuparam com o pessoal considerado inapto: estruturaram classificações segundo tipos diferentes de percurso, conseguindo desta maneira eliminar apenas 9%. Tentavam afastar o mínimo de pessoas, e quando o faziam, isentavam-nos da presença ao serviço. Na Rede eram chamados de "condenados".

Na época, o presidente do Sindicato dos Ferroviários foi consultado e colocou os psicotécnicos como:⁽³³⁾

"uma necessidade porque ajuda ao próprio trabalhador recuperando-lhe a saúde, antes que seja tarde demais".

(Diário da Noite, 24/5/58)

Se a introdução da seleção se fazia acompanhar de polêmicas e conflitos, tornando-a por vezes um trabalho impopular, ela não obstante passou a ser cada vez mais utilizada dentro de instituições públicas e privadas. Assim, menos de 10 anos depois da criação do ISOP este atendia para seleção às Forças Armadas (Departamento de Comunicação da Marinha, Ministério da Aeronáutica, Polícia Militar, Clube Militar), à União (Prefeitura, Secretaria da Presidência da República, Departamento de Engenharia da Secretaria de Viação e obras do Estado do Rio de Janeiro), a institutos previdenciários como o

IAPI, IAPM; e também a instituições privadas: bancos, Transportes Fink, Cia. Manufatora de Roupas, Casa de Saúde São Miguel, Hermannny Indústria e Comércio, Globex Importadora e Exportadora, etc. (ABP março/1953). O Estado pareceu ser o cliente predominante. (ABP jan/março/1961).

Fica a pergunta até que ponto o psicólogo se voltou para a psicologia clínica na medida em que entrava em contato com os aspectos impopulares, polêmicos, ambíguos ligados ao trabalho de seleção. Além da questão de nestes trabalhos estar geralmente como assalariado, sem autonomia, dentro de uma estrutura burocrática, visto com desconfiança por engenheiros, administradores, dentro das empresas. E ainda o desconforto, vivido claramente na seleção de entrar em contato com classes subalternas, assumir um papel autoritário e discriminador, que entrava em choque com sua visão "humanista" de profissional da "ajuda".

Em texto de Pontual (1952) pode-se notar claramente a tentativa de negar a característica autoritária, ao criticar a tendência de certos empresários colocarem psicotécnicos como chefes dos serviços de pessoal:

"Esse modo de proceder apresenta o sério inconveniente de atribuir funções incompatíveis ao mesmo serviço. O departamento de pessoal deve ser um órgão essencialmente executivo; e a posição de mando inerente ao seu chefe, choca-se com a posição assistencial que é indispensável ao psicotécnico para o sucesso dos seus métodos de trabalho. A neutralidade e imparcialidade tornam-se impossíveis dentro da relação chefe-subordinado pelas reações psicológicas que ela provoca de lado a lado, decorrentes dos condicionamentos históricos dos indivíduos nela comprometidos.

Daí a necessidade da criação de um serviço independente. A assistência psicotécnica não representa apenas um aperfeiçoamento do serviço de pessoal. Tem funções

próprias e para realizá-las necessita despir-se de qualquer atitude autoritária ou administrativa. Trabalha dentro do campo de interesses comuns a todas as classes: o bem-estar humano. Poderá alargar progressivamente este campo, desde que se criem condições de neutralidade, globalidade e cronicidade à sua atuação".

(Pontual, ABP/52)

6 - A FORMAÇÃO

A preocupação neste capítulo é discutir o surgimento do psicólogo, tendo como referência sua formação profissional: como esta se iniciou, que características tinha, qual sua importância. Se o psicólogo a partir da regulamentação realmente se afirmou como novo profissional, sua prática foi anterior, assim como um aprendizado para realizá-la.

Como referência para discussão serão tomadas as seguintes instituições: o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, o ISOP, o SENAC e o Instituto de Psicologia Aplicada da PUC/RJ. Estas instituições tiveram papel especial para o profissional em questão, representando mais significativamente seu modelo de aprendizagem teórico-prático. O esquema seguido será em grande parte cronológico.

As primeiras tentativas de organizar um aprendizado de psicologia no Rio de Janeiro ocorreram a partir de experiência do laboratório de psicologia da Colonia de Psicologia do Engenho de Dentro. Na época houve uma série de embriões de laboratórios de pesquisa que surgiram no Rio de Janeiro, especialmente ligados a trabalhos com doentes mentais ou a escolas normais, mas nenhum deles teve sua vinculação com a formação. Também é importante registrar, que a psicologia num primeiro momento, isto é, no começo do século foi ensinada dentro de cadeiras de filosofia das escolas secundárias. Depois começou a ser dada como cadeira nos cursos anexos preparatórios às Faculdades de Direito, e posteriormente na Faculdade de Medicina, através da cadeira de clínica psiquiátrica (Cabral, 1950).

O laboratório da Colonia de Psicopatas do Engenho de Dentro existia desde 1924 sob a direção de W. Radecki, psicólogo polonês, ex-assistente de Claparède, com tese de doutoramento sobre fenômenos

psicoelétricos.

A criação do laboratório foi possibilitada porque Gustavo Riedel, com apoio financeiro da Fundação Gaffret-Guinle, adquiriu aparelhagem científica francesa e alemã em 1923.

As pesquisas dos primeiros anos se prenderam a diferentes funções tais como a emoção, memória, representações, pensamento. Aspectos psicológicos da criança também foram alvo de estudo, como se pode ver pelos seguintes trabalhos: "Higiene mental da criança baseada nas leis da psicologia"; "A criação de hábitos sadios nas crianças"; "O exame psicológico da criança". A psicotécnica e inclusive a psicanálise foi vista nos escritos da equipe do laboratório.

O laboratório era um centro de trabalhos intensivo, sendo várias das pesquisas publicadas, inclusive pelo próprio laboratório.

A equipe do laboratório parecia interessada em levar a um público mais amplo seus trabalhos, e também em fazer certa divulgação do sistema teórico de Radecki, o discriminacionismo afetivo. Em 1931, o Jornal do Comércio publicou uma série de 4 artigos assinados por assistentes de Radecki, sob o nome de "À margem da psicologia".

O primeiro artigo, assinado por Grabois, naquela época ainda estudante de medicina, era uma discussão sobre a necessidade da psicologia aplicada sem que esta perdesse sua cientificidade, as tentativas e dificuldades de se obter um sistema teórico abrangente. Num outro Artigo, de Lucilia Tavares era descrita a aparelhagem do laboratório partindo-se para uma tentativa de definição do que seria psicologia experimental. Falava dos testes, relativizando de certo modo seu uso, visto como "enganoso pela aparente simplicidade e segurança de seu uso". Descrevia as dificuldades da psicologia experimental a partir do seu objeto.

Um terceiro artigo se preocupava em explicar o para que do psicólogo, no caso ligado à pedagogia:

"Cada escola, cada classe, cada família oferece imensas riquezas de variantes individuais nas crianças educadas: por consequência o pedagogo na sua dupla tarefa de ensinar e de educar o caráter deve possuir além de sólido preparo profissional, uma suficiente adaptabilidade a estas variantes individuais. Neste último domínio, a eficiência de seus esforços pode ser consideravelmente aumentada pela colaboração harmoniosa do psicólogo profissional escolar.

Na escolaridade realmente organizada e perfeita, cada criança deveria passar pelo exame psicológico completo, executado por um psicologista, que além disso forneceria aos alunos uma contínua assistência psicológica, orientando os professores tanto nas questões psicológicas de cada criança particular, como nas questões psicológicas inerentes à metodologia da educação e ensino coletivos.

A execução do exame psicológico das crianças escolares por psicólogos profissionais torna-se ainda mais necessária pelo fato de que os resultados não representam uma mera soma das noções sobre as crianças examinadas, mas servem também como fonte de construção de silhuetas sintéticas dos psiquismos individuais infantis. A sistematização teórica torna-se ainda mais necessária em vista do fato de que os exames psicológicos na escola não visam os exclusivos fins diagnósticos, mas servem também de base para medidas educativas, correccionais e à orientação profissional".

(Jornal do Comércio, 5/4/31)

Halina Radecka terminava o artigo, propondo:

"Em vez das esporádicas provas, testes aplicados pelos leigos - uma vigilância contínua feita pelo psicólogo, colaborador harmonioso do professor escolar. Vigilância realizada não só pela aplicação dos testes, mas também pelos questionários, observação e baseada em grande parte nos depoimentos dos pais e professores".

(idem)

Parecia clara a percepção da necessidade do psicólogo, seu

compromisso com a vigilância e com a correção.

As pesquisas despertaram muito interesse junto às Forças Armadas, que por volta de 1928 destacaram 3 de seus médicos para organizar pesquisas, especialmente relativas à psicotécnica. Além disso, a participação dos 3 médicos militares era no sentido de realizar o exame de candidatos para a aviação militar. Esta era feita através de uma minuciosa bateria de testes e exames - físicos e também psicológicos. Esta seleção no Rio de Janeiro foi a primeira que houve, em termos das Forças Armadas, tendo características pioneiras. Um trabalho que foi fruto de curso dado por Radecki no exército.

posteriormente editado como "Tratado de Psicologia". Os militares ganhavam várias vezes o que os outros ganhavam: estes geralmente tinham "salários baixíssimos", retirando de outras fontes seu sustento.

Posteriormente esta experiência serviu para estruturar os Gabinetes de Psicotécnica das Forças Armadas, especialmente o da Aeronáutica e também depois o da Marinha.

Além das pesquisas, Radecki também organizou cursos que tiveram a função de preparar seus assessores para a realização das mesmas. Geralmente eram cursos de 4 a 5 meses, sendo a frequência de 2 a 3 vezes por semana, com aulas práticas no laboratório. Foi projetado um curso sobre psicotécnica, que não chegou a se realizar.

Em Radecki como no corpo de investigadores, havia interesse em assumir uma função pedagógica maior. E parecia que a Revolução de 30, com o subsequente reorganização universitária, vinha ao encontro dos anseios deste grupo.

A partir de contatos com Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, então chefe do Gabinete do Ministério da Educação Francisco Campos, foi tentada em 1932 a conversão do laboratório em Instituto

de Psicologia. Foi criado por decreto, estando diretamente ligado à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública (futuro Ministério de Educação e Cultura). Já no projeto era colocado que esta vinculação direta se desfaria, quando fosse instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, planejada neste período. A intenção de se vincular ao mundo universitário ficara nítida pela própria estrutura que se planejou para o Instituto. Entre seus objetivos estava:

"formar psicologistas profissionais, mediante cursos teóricos e práticos, e com estágio obrigatório em seus laboratórios". (O Instituto de Psicologia 1932).

E mais do que isto:

"constituindo a formação de psicólogo um dos principais objetivos do Instituto, o Governo não só oficializou a atividade didática que já vinha sendo exercida no antigo laboratório, como também a profissão de psicólogo (grifo meu), permitindo desta maneira que uma escola brasileira de psicologia, até agora de cunho exclusivamente idealista, se convertesse em conjunto profissional e científico oficial".

A proposta era que o Instituto funcionasse em várias seções seguindo de certo modo a estrutura do antigo laboratório: uma seção de psicologia geral:

"órgão consultivo na resolução dos problemas de ordem técnica e experimental; a ele incumbe a orientação da parte didática do Instituto, assim como a direção das publicações científicas".

A seção de psicologia diferencial de orientação profissional, além do trabalho sobre diferenças individuais, cabia o estudo psicológico do trabalho em geral dos diferentes ramos profissionais, incluindo o exame de candidatos para orientação e seleção profissional.

Uma seção de psicologia aplicada à pedagogia realizaria o exame psicológico de crianças com fins classificativos, correccionais e educativos, contribuiria em relação aos problemas pedagógicos especializados.

Finalmente estavam planejadas seções de psicologia aplicada à medicina e ao direito: na parte ligada à medicina, a ênfase principal recaía sobre o exame psicológico de doentes mentais e contribuições à psicoterapia.

Talvez objetivo mais ambicioso fosse o de dar formação. Esta se faria em 4 anos, para os que tivesse secundário; em até 2, para os de nível superior. Teria 3 etapas: uma primeira de psicologia geral, baseada nas ciências biológicas e naturais.

A segunda se voltando para a psicologia diferencial e coletiva, acrescentando a visão das ciências sociais e filosóficas. E finalmente:

"os cursos de psicologia aplicada e os cursos monográficos de especialidades psicológicas e ciências afins (psicologia da criança, psicologia animal, psicopatologia, psicotécnica, história da psicologia, etc)".

A preocupação com o estágio já estava presente, devendo este ser realizado através de exercícios práticos de laboratório. Os alunos com suficiente preparo teórico entrariam como internos nos serviços de aplicações especializadas, nas várias seções.

A interação não era formar apenas psicologistas mas também:

"fornecer subsídios aos que no desempenho de sua profissão com frequência são forçados a por em jogo conhecimentos psicológicos".

O Instituto tinha o objetivo de "difundir a cultura psicológica", organizando para isto cursos, conferencias, exercícios práticos, estágios em seus laboratórios, etc.

Fato é que estas idéias não chegaram a se viabilizar, tendo este Instituto curta vida: 7 meses. Criado por decreto, desta forma também foi extinto.

Como motivo para o fracasso foi levantada a pressão dos médicos que não viam bem um instituto de psicologia, sob a direção de psicólogo, parecendo ter sido Radecki figura polêmica.

Fator talvez ainda mais significativo foi o combate realizado por setores da Igreja Católica, evidenciando claramente em editorial da revista "A Ordem". Como Alceu Amoroso Lima estava à frente da revista, este artigo lhe foi atribuído.

O artigo partia de críticas aos pedagogos liberais, vistos como preparadores do comunismo, culpados pela "asfixia da liberdade de ensino" e pelo "monopólio pedagógico do Estado". Atacou-se a orientação do mesmo:

"Sob a capa de ciencia pura, se está trabalhando ativamente no sentido de uma metafisica desastrosa: o mais crasso materialismo filosófico e moral". (A Ordem 28/6/32)

Criticava os gastos implicados ("largo corpo docente regularmente pago pelos cofres públicos"); dava a entender critérios de contratação personalísticos ("nomeado por simples indicação do próprio Instituto"). Mas o que se questionava mais era o poder que este Instituto teria:

"É toda a vida brasileira que fica de ora avante sujeita a esses santo ofício psicológico".

Isto foi analisado através do programa:

"O estudo do trabalho poderia levar a que reservando-se o direito que a manhã uma simples penada de um ministro discricionário ou mesmo constitucional converterá em obrigação estrita para todo brasileiro "exame dos candidatos a profissões determinadas com fins seletivos".

(idem)

Chamava a atenção para a credulidade e ingenuidade do "homem médio" brasileiro, que acreditava na ciência

"com a mesma docilidade com que algumas tribos semi-primitivas veneram o seu totem".

... É fácil ver que soma de poder colocou o Governo nas mãos deste grupo de psicologistas mais ou menos profissionais que se lançam sob a chefia de um técnico estrangeiro, a formar a "escola brasileira de psicologia". É todo o trabalho nacional, é toda a educação, toda a criminalidade, toda a psicopatologia do país com as inúmeras repercussões que tem em toda a vida da nação que vão estar de agora em diante quase que nas mãos desse Instituto de Psicologia, caso o Governo continue a dar-lhe o apoio oficial, que lhe vem dando com toda liberalidade e inconsciência".

(Idem)

O que pareceu causar mais indignação e protesto foi a intenção de formar psicólogos. Relativamente a isto colocavam a atuação do Instituto como "francamente nociva". Alertavam para a

"indoutrinação, que pode implicar a vida intelectual e moral do país.

Esta "escola brasileira de psicologia" que faz estética, pedagogia, criminologia, sociologia, economia, antropologia, psicopatologia, direito, lógica, biologia, filosofia, e ética, invadindo todos os terrenos sob a máscara da ciência positiva, mas lançando de fato uma falsa metapsicologia que entende impor o Brasil como sendo a psicologia do povo brasileiro".

Este ataque deve ter tido consequências para o Instituto. O que foi alegado foram motivos financeiros, sendo a verba que lhe foi concedida insuficiente para dar-lhe continuidade. Na época pensou-se em fazer convênio com o Serviço de Trânsito, o que não ocorreu em função de trâmites burocráticos.

O Instituto de Psicologia foi extinto, e em vez dele apareceu o Instituto de Psicologia da Assistência aos Psicopatas. Deixou de ser laboratório, filiado ao órgão "Colônia". Radecki não estava mais a sua frente, emigrando para o exterior. A direção ficou a cargo de um psiquiatra. Airosa. Continuou funcionando com atividade de pesquisa e cursos. Fez-se também trabalhos de seleção das candidatas para a escola de enfermagem Alfredo Brito.

Durante o início do Estado Novo (1937) o Instituto de Psicologia finalmente se viabilizou, agora vinculado à recém criada Universidade do Brasil. Graças à pressão dos pesquisadores do Instituto de Psicologia da Assistência aos Psicopatas, tendo apoio significativo de Edgar Sanchez, que fazia parte de seu quadro e também era da Comissão de Cultura da Câmara, conseguiu-se a transformação do mesmo em Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil - o antigo anseio foi realizado.

À frente do Instituto ficou como diretor desde o início Jaime Grabois, um médico que já vinha trabalhando lá há vários anos, e que participara ativamente da tentativa de torná-lo uma unidade pedagógica universitária.

O Instituto saiu do Engenho de Dentro, e passou a funcionar no Centro da cidade. Grabois assim descreveu a mudança:

"Enchemos os caminhões com os aparelhos, levamos os livros velhos, quase todos os clássicos franceses da coleção do professor Manoel Bonfim.

O Instituto de Psicologia surge sem programa, sem objetivo explicitado em lei... O Instituto naquele começo era eu". (entrevista com J. Grabois)

Como forma de se assessorar, Grabois organizou um curso de psicologia de um ano com frequência de 3 vezes por semana. Foi frequentado por aproximadamente 100 pessoas. Havia ênfase na parte prática, que era dada por Grabois sozinho, para pequenos grupos de 8 a 10 alunos. Quanto à população que vinha ao curso:

"Sempre entre os que vinham para o curso tinha pessoas com a preocupação de por em prática técnicas psicológicas no serviço em que eles atuavam. Você podia ter entre seus alunos gente da área médica, do Exército, da Marinha, ligado à área de direito, à área de trabalho, ligados à estrada de ferro". (entrevista com J. Grabois)

Também futuros psicanalistas como Maria Manhães, Fábio Leite Lobo foram referidos como alunos do curso.

Enquanto Instituto de Psicologia ligado a uma Universidade, parece ter sido o primeiro do país. Psicologia, como já foi dito, tinha sido cadeira dada no normal, ou cadeira de pós-graduação nos cursos de pedagogia e filosofia. Esta situação ocorreu na Universidade do Brasil: na Faculdade Nacional de Filosofia, recém-criada, funcionavam a cadeira de psicologia geral e psicologia ligada à educação.

Em 1937, ao ser recriado o Instituto de Psicologia, Grabois propôs ao Conselho Universitário a criação de um curso para formar profissionais. A proposta foi combatida e derrotada, especialmente por Faria Gois, que colocava este objetivo como pertinente e abarcado pela F.N.F.I. e não como uma tarefa dos Institutos universitários autônomos.

A idéia dos Institutos era de colaborar com o ensino nas escolas ou faculdades da Universidade do Brasil e realizar pesquisas.

O Instituto de Psicologia realizou algumas pesquisas, não publicadas (estudos sobre provas de atenção; trabalhos para estabelecer normas do desenvolvimento psicológico da criança brasileira; estudo e adaptação de provas de personalidade e inteligência; estudo experimental do pensamento conceitual).

Foram realizados alguns cursos durante a gestão Grabois. Ainda no espírito de formar profissionais para a prática, foi oferecido a partir de 1940 o curso de psicotécnica. Foi posteriormente repetido algumas vezes. Este curso era descrito como fruto do "interesse que os problemas relativos ao fator humano no trabalho vem suscitando entre nós e a falta de técnicos para atender as necessidades daí decorrentes".

(Diário de Notícias, 1940)

O curso foi descrito como "puxado"; dos 50 a 60 integrantes no início, terminaram 15. Havia uma parte prática que propunha:

- "a) execução de provas com ou sem aparelhos das principais funções psicológicas;
- b) aplicação de testes de desenvolvimento, de inteligência, aptidão, etc."

Estes cursos, precursores daquele que Mira Y Lopez viria dar alguns anos mais tarde, mostravam como elementos na Universidade buscavam dar um preparo de tipo profissional "técnico", o que esbarrava com a visão de que esta formação deveria ser apenas teórica.

Foi relatado por Grabois, tentativa de anexação do Instituto à Faculdade Nacional de Filosofia, através de ordem de gabinete do próprio ministro Capanema. Contatos com Simões Lopes, do DASP, levaram a questão ao Conselho Universitário, que em votação, decidiu pela continuação do Instituto.

A partir da saída de Grabois, por motivos políticos, Nilton Campos assumiu a direção do Instituto, acumulando a partir de 1948 o cargo de catedrático de psicologia da FNFI, que já vinha exer

cendo há alguns anos.

Sua gestão parece ter-se caracterizado por tornar o Instituto, até então autônomo, na busca uma produção própria, em um apêndice da cadeira de psicologia da FnFi.

"Pelo regimento da Universidade, o Instituto deveria ser dirigido pelo professor catedrático de psicologia da FnFi, tal como acontece com o Instituto de Psiquiatria, de Neurologia, etc.

O Instituto era uma unidade suplementar ligada à cadeira de psicologia, onde as aulas de psicologia eram dadas".

(Entrevista de A. Penna)

Então deixaram de ser realizados os cursos livres, e as pesquisas cessaram por completo.

"Suponho que isto se dê em função de uma visão peculiar ao Nilton de que sendo a cadeira para a qual ele foi concursado uma cadeira de psicologia encravada num curso de filosofia, que o sentido mais especulativo, mais reflexivo deveria prevalecer sobre a parte experimental".

(entrevista com A. Penna)

A parte de psicologia aplicada era praticamente inexistente afora a seleção para diplomatas do Instituto Rio Branco, que o Instituto fazia conjuntamente com o Instituto de Psiquiatria.

A partir de 1952, surgiu o Boletim do Instituto de Psicologia, descontinuado há alguns anos atrás.

As características atribuídas a Nilton Campos devem ter determinado de certo modo a evolução do Instituto de Psicologia:

"Nilton Campos foi sobretudo um médico que exerceu pouco a medicina, embora tendo uma excelente formação médica, que exerceu pouco a psiquiatria embora tendo uma boa formação psiquiátrica, e que nunca exerceu a função de psicólogo: ele foi fundamental-

mente um professor de psicologia, professor no estilo mais acadêmico possível. Um homem de extraordinária cultura, e sem dúvida uma belíssima base filosófica".

(Entrevista com A. Penna)

Parece que a gestão Nilton Campos se caracterizou por um certo receio à popularização da psicologia, que desrespeitasse um modelo científico que se aproximava das ciências naturais: se colocava contra os testes, e também contra o exercício da psicoterapia pelo novo profissional.

Sua visão muito afastada da prática, entrou em choque com a de Mira y Lopez, cuja preocupação era exatamente divulgar, tornar conhecida, provocar o interesse pelas técnicas psicológicas.

Em 1945, Mira realizou o já citado curso do DASP. O ISOP foi fruto deste curso. Desde seu início tinha uma proposta de cursos e formação de psicotécnicos, parecendo suprir um vazio existente. O ISOP, ainda no seu primeiro ano de existência, organizou um curso intensivo de um ano, que de certa forma replicava o curso do DASP. Com o tempo, os cursos aumentaram em número, geralmente sendo com alguns meses de duração.

Havia uma grande variedade de cursos: desde temas diretamente ligados à administração, como chefia administrativa e testes, aos quais era dada grande ênfase (especialmente o Rorschach e PMK, mas também o TAT, escrita, testes de inteligência); a temas mais diretamente ligados a clínica (psicodinâmica das relações de grupo familiar, método experimental no estudo da personalidade, psicoterapia menor, técnica de entrevista). Também foram dados cursos sobre psicologia diferencial, psicologia da comunicação e publicidade, psicologia geriátrica, estatística aplicada à psicologia e educação, história da psicologia, psicologia da felicidade, fundamentos psicológicos das rela

ções humanas, métodos e técnicas de investigação sócio-psicológica.

Existiram nestes anos também cursos anuais, geralmente de 3 vezes por semana: eram os de formação de auxiliar ou orientadores profissionais. Pareceu haver um aprimoramento maior nesta área. Para o curso para auxiliares se exigia ter tido a cadeira de psicologia no seu currículo e ter o normal completo (ABP/56). Para o curso para o orientador profissional se exigia curso superior (pedagogia, filosofia, psicologia, orientação educacional ou serviço social). O curso de orientação profissional foi oferecido em 1961 e em 1962 novamente.

Em 1958, foi anunciado o curso para formação de psicotécnicos (3 vezes por semana). Do programa constava estatística, psicopatologia, testes de aptidões e personalidade. Eram exigidos estudos ou experiência anterior, colocando-se ainda a seleção através de testes de personalidade e conhecimento.

O ISOP pelos seus trabalhos e cursos tornou-se conhecido e popular, principalmente junto a classe média. Lá era até certo ponto reproduzido um certo clima universitário em termos de discussão e estudo, havendo também o contato com a prática. Havia ligado ao ISOP, os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica que divulgavam sistematicamente os trabalhos desenvolvidos no ISOP ou em outros lugares; discussões de casos de orientação profissional realizadas semanalmente; idas a congressos, organização dos mesmos no Rio de Janeiro. Isto trazia um clima de debate e de produção de conhecimentos para o ISOP.

O ISOP e a ABP estiveram a frente da organização de 2 congressos que ocorreram aqui: em 1955, o I Seminário Latinoamericano de Psicotécnica; em 1959 o VI Congresso Interamericano de Psicologia. No 1º estiveram presentes mais ou menos 100 especialistas, entre nacionais e estrangeiros. Já 4 anos mais tarde foram mais de 400. O objetivo do primeiro era:

"proporcionar maior aproximação entre especialistas nos vários ramos da psicotécnica, especialmente no setor do trabalho e educação.

(Jornal do Brasil, 19/2/55)

O Seminário ocorreu por alguns dias no Rio e depois foi para São Paulo. Os temas centrais era ligados à unificação de terminologia, fidedgnidade e validade dos testes, formação e status legal dos psicotécnicos. Parece que houve um interesse especial em discutir os trabalhos de orientação e seleção profissional, assim como fazia parte do programa a visita a serviços de psicotécnica.

Já no VI Congresso Interamericano de Psicologia, estes trabalhos tornaram-se relativamente secundários, tendo maior destaque temas ligados a personalidade, grupos, relações humanas.

Isto tudo conferia ao ISOP um papel de grande destaque na formação do novo profissional.

Além do ISOP, o SENAC também teve uma atuação significativa em termos de formação nos primeiros anos pós-guerra.

Desde 1949, isto é, praticamente desde a chegada de Leon Walther e Pierre Weil (1948) ao Brasil, foram feitos treinamentos com a equipe que organizaria os serviços - especialmente quanto a parte de orientação profissional. Organizaram-se cursos para conselheiros de orientação profissional em 1949, 52, 55/56, 59, 61 e 63. Nos anos iniciais, em que o aspecto psicológico (psicométrico) teve mais influência, o curso era diário durante 8 meses (em 55/56 durou 2 anos), com as seguintes cadeiras: psicologia evolutiva, psicologia diferencial, psicometria, psicopatologia, psicologia do trabalho, biologia, sociologia. Não tinham propriamente estágio, mas iam em certas horas à Pestalozzi, assistindo durante algumas semanas às reuniões de equipe; ou ao ISOP, corrigindo e discutindo PMK por exemplo. Visitavam escolas e indústrias. Estes cursos eram exclusivamente para os profissionais do SENAC, num primeiro momento para

os psicotécnicos na matriz, que assim criavam condições para que os regionais organizassem seus serviços de psicologia.

A formação que o ISOP e SENAC davam de certo modo denunciava o afastamento teoria-prática existente na Universidade, pois apesar dos aspectos teóricos não serem priorizados, os profissionais se percebiam equipados com técnicas, instrumentados para a ação. Isso passou a ser percebido como uma ameaça pela Universidade, que se mostrava afastada da prática, e conseqüentemente distante de uma resposta à demanda que se colocava. Principalmente o ISOP passou a ocupar um espaço significativo de aprendizado, modelo, legitimação.

Lippmann, fundador do curso de psicologia da PUC/RJ, de certo modo o primeiro curso de graduação que houve no Brasil, assim percebeu a situação:

"O Nilton Campos se mostrava preocupado comigo em conversas e me fez ver a necessidade que haveria de colocar algum contrapeso ao desenvolvimento do ISOP e à atuação de Mira. Mira na F.G.V. - ISOP tinha verbas à disposição, era um homem dinâmico, sobre certas pessoas exercia uma forte atração pessoal, e as Universidades, que não tinham nem verba nem condições - ainda que tivessem uma formação filosófica sólida como Milton Campos - não tinham condições de fazer frente a ele. Ele começou a formar psicólogos, que ele precisava para o desenvolvimento de seu próprio serviço, à revelia da Universidade. E fez um movimento relativamente grande. A Universidade sentiu isso como uma espécie de ameaça para sua sobrevivência".

(Entrevista com H.L.Lippmann)

Lippmann via em Nilton Campos o pai da idéia do curso da PUC.

O curso da PUC pareceu surgir como uma alternativa para

de certo modo "esvaziar" o poder crescente da formação paralela oferecida pelo ISOP e de certo modo também pelo SENAC. Apareceu dentro de uma estrutura universitária que tinha mais flexibilidade e autonomia do que a Universidade do Brasil possuía.

O curso começou sem se preocupar com sua legitimidade. A rigor, psicologia enquanto curso de graduação não existia, nem era previsto por lei. Isto parece que lhe trouxe certas complicações com o Conselho Nacional de Educação, já que por trás de um curso de pós-graduação em realidade começou a funcionar uma graduação:

"Houve uma consulta que se fez do curso. Então se explicou que era um curso de pós-graduação. Estava de acordo com o regimento da PUC; também não tinha condições de fiscalização..."

(Entrevista com Lippmann)

Decorrencia disto foi que, apesar de o IPA ser o primeiro curso de graduação de psicologia que surgiu no Brasil, em praticamente nenhum dos textos históricos que existem, ele ser referido.

No ano em que o curso se iniciou, já colocava:

"Os alunos que terminarem regularmente o curso de 3 anos e meio, apresentando no fim o trabalho de conclusão de curso, têm direito ao uso do título profissional de psicólogo". (Anuário PUC - 1953)

Durante a 1^a gestão, em que a direção coube a Lippmann, o curso era mais voltado para a parte teórica, sendo esta bastante carregada com aspectos biológicos (filosofia, neurologia).

A parte prática era totalmente improvisada, ficando a cargo do próprio aluno. Este acompanhava algum professor do curso em suas atividades, geralmente em hospital psiquiátrico. Predominava o espírito auto-didático, a busca de experiências diferentes, e um certo espírito de experimentação. Geralmente eram feitas aplicações de testes psicológicos (testes projetivos) e entrevistas para diagnóstico psicológico, como elemento auxiliar do diagnóstico psiquiátrico. O curso funcionava em caráter noturno, sendo sua população geralmente de profissionais de outras áreas, interessados em aumentar seus conhecimentos ligados à psicologia.

A influência dos psiquiatras se mostrava muito forte, fosse enquanto número de professores, fosse enquanto cargos na direção (*).

Também se podia notar a presença de alguns professores do quadro das Forças Armadas. Especialmente da Marinha, destacaram-se Fernando Achilles e Carlos Sanchez Queiroz.

(*) Lippmann não era psiquiatra: era formado em Serviço Social e Farmácia.

Notava-se neste período, a preocupação em oferecer além do curso, conferências e mesas redondas (mesa redonda realizada na ABI sobre psicanálise e religião em maio de 1953), ou então cursos de extensão sobre psicologia do crime, psicologia da personalidade, Rorschach, psicologia da aprendizagem, etc. Este cursos pareciam funcionar como popularizadores de temas técnicas psicológicas. Geralmente foram realizados pelo próprio Lippmann, que possivelmente atuava assim, enquanto liderando a instituição. Sua função era sustentar financeiramente o curso de psicologia que era deficitário. Na época custava 50 ou 60 mil réis por mês. Interessante é que os alunos inscritos no curso regular, tinham "direito de assistir sem acréscimo de taxas a todos os cursos e reuniões promovidos pelo Instituto de Psicologia Aplicada. (Folheto do IPA, 1954)

É referida a ausência de interesse da PUC pelo curso, como se tivesse havido neste período inicial um descrédito de que este curso fosse em frente. Parecia funcionar muito em termos experimentais, com pouco controle por parte da PUC, para testar suas possibilidades de receptividade e interesse.

A parte de pesquisa, se bem que enquanto programa recebesse muita ênfase, lhe sendo reservado um departamento, de fato pareceu ter sido praticamente inexistente. Tem-se a impressão de ter havido interesse em construir uma ponte com a Universidade do Brasil. Colocou-se à frente do departamento de pesquisa Nilton Campos, tendo sua atuação não saído de reuniões.

"Nilton Campos tinha no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, muito pacientemente, cada ano comprado uma série de aparelhos, que de fato não eram muito usados. Ele usava os aparelhos para mostrar aos alunos como se usa; não deixava ninguém brincar com seus aparelhos, porque tinha verba para comprar mas não para consertar".

(entrevista com H.L. Lippmann)

Na época não houve preocupação com uma estrutura de prestação de serviços. O grande desafio bem sucedido era conseguir montar um curso de psicologia. As turmas iniciadas se completaram, ainda que com um número reduzido de pessoas. A 1ª turma, que iniciou com 36 pessoas, terminou com 7. (Anuário PUC, 1953)

Em 1956 Lippmann foi demitido. Aroldo Rodrigues, aluno formado pela 1ª turma e professor do curso, falou sobre isso:

"Houve um desentendimento entre ele e a PUC. Acho que este negócio de estabilidade. Ele tinha 9 anos, ia para 10. Lippmann foi despedido como todo fim de ano da PUC tem demissões. Inclusive ele ficou indignado, era íntimo amigo dos jesuítas. Quando todo mundo pensava que ele ia ser levado aos pináculos da glória, foi despedido".

Atendendo a pedidos dos alunos, estruturou fora da PUC, um curso de psicologia, com estatutos e regulamentos (Instituto Brasileiro de Psicologia Científica), que não viveu além de 2 a 3 anos. Este curso paralelo possibilitou aos alunos que iniciaram na sua gestão terminá-lo dentro das condições oferecidas no início (curso noturno realizado na Santa Casa), recebendo o reconhecimento da PUC.

A nomeação de pe. Antonius Benko para a direção do IPA em 1957 pareceu corresponder a uma provável percepção da PUC de que o curso estava "vingando", isto é, que realmente estava formando pessoas, passando então a tentar controlá-lo mais de perto. Não só controlá-lo, mas também dar-lhe um respaldo maior. A presença de pe. Benko enquanto representante dos jesuítas pareceu expressiva neste sentido. Houve um aumento significativo de professores padres no IPA, e Religião passou a ser cadeira do currículo. (Anuário PUC 1957).

Fernando Achilles, um dos principais coordenadores do IPA, traduziu também esta visão católica ao dizer:

"A orientação educacional, vocacional e profissional em colégio católico, ou por técnico católico, deve motivar os jovens para fazerem frente aos desafios da sociedade moderna e das condições difíceis do mundo de hoje que necessita ser influenciada pelos princípios cristãos, única maneira de verdadeiramente evitar a degenerescência sócio-econômica e a dissolução política, assegurando, ao mesmo tempo, o respeito à personalidade humana" (Seaafeld, 1958)

O curso se modificou, dando até a impressão de ser um novo curso: passou a ser matutino, no campus da PUC, sendo a população feminina a predominante.

É interessante se registrar a definição quanto à população à que se destinava:

- "1) aos licenciados ou bacharéis em filosofia e pedagogia, como curso de pós-graduação;
- 2) aos médicos e assistentes sociais, como curso de especialização;

3) aos que tem preparo cultural de nível colegial ou equivalente, a fim de que obtenham além de boa formação geral, conhecimentos científicos em nível universitário, no campo da psicologia aplicada". (Anuário - PUC/1958)

Ficava assumido o curso como sendo de graduação.

Entre as condições de admissão eram colocadas as seguintes exigências:

- "1) exames psicológicos para todos os candidatos
- 2) exames vestibulares para os que não são licenciados ou bacharéis em filosofia ou pedagogia". (Anuário, PUC, 1958)

Uma das primeiras características deste período foi o início da prestação de serviços pelo IPA, que incluía diferentes tipos de atendimento. Podemos resumí-los em 2 setores básicos que surgiram nesta época: o SOPI (Serviço de Seleção e Orientação Profissional e Industrial), futuro S.O.S. (Serviço de Orientação e Seleção) e o COPP (Centro de Orientação Psicopedagógica), futura clínica.

Antes disso, porém os serviços começaram, através da assistência que o IPA deu ao Curso para Líderes Operários:

"Era um curso para formar líderes operários. A principal preocupação era a formação cristã dos círculos operários. Antes de 1964 era um movimento bastante grande".

(Entrevista com Aroldo Rodrigues)

A participação do IPA era na escolha dos candidatos para os cursos, aplicando provas de inteligência, de liderança e também dando aulas.

"Pegavam os operários com maior capacidade de liderança e davam cursos a eles, gente do Cais do Porto, operários mais sofisticados. Dava au la aula como se fosse um aluno de Faculdade. Havia certas adaptações. Benko, Maravak e eu demos aula".

(Entrevista com Aroldo Rodrigues).

A partir de 60 cresceu o atendimento em orientação profissional. De início havia orientação profissional para aprendizes do Banco da Providência, ligado ao trabalho de Dom Helder Câmara, bispo do Rio de Janeiro. Com o tempo, a clientela passou a ser de adolescentes de classe média, média-alta, que procuravam individualmente ou recebiam serviço vocacional através de suas escolas. Parece que havia inclusive expectativa de trazer a orientação profissional para dentro da própria Universidade.

Esses trabalhos foram realizados nos primeiros anos principalmente por Fernando Achillês e pe. Benko, não havendo estagiários.

Quanto à seleção, esta pareceu também ter-se iniciado por volta de 1960. Entre as indústrias, destacou-se a Ferro Aço de Vitória, no caso para escolher alunos aprendizes e também operários. Geralmente as empresas eram de médio a grande porte (tipo Petrobrás, Vale do Rio Doce).

Em março de 1960 surgiu o COPP "para orientação e assistência ao pais, às crianças com problemas e adolescentes", sob a direção do pe. Benko. Parece que o COPP teve como referência importante o Centro de Orientação Juvenil (COJ) participando alguns de seus profissionais (Neide Guedes, Neilton Dias) e havendo também supervisores de lá credenciados pelo IPA (ex.: Terezinha Lins, Elisa Veloso).

A preocupação com a prestação de serviços pode ser entendida dentro de um movimento de tornar as técnicas psicológicas mais

conhecidas e aceitas tendo importância para tal sua ligação com uma Universidade de elite no Rio de Janeiro. A aprendizagem possibilitada pelos Serviços juntava-se a preocupação com a legitimação.

Um segundo aspecto importante da gestão Benko que apareceu bem claramente nos seus primeiros anos, foi a atenção dada à orientação educacional. Em 1957 no IPA passaram a existir 2 cursos: o curso de psicologia e o curso de orientação educacional. Este curso deixou de existir alguns anos mais tarde, na medida em que se destacou e enfatizou mais o curso de orientação educacional da Univ. Santa Ursula. Este curso funcionava em caráter de pós-graduação. O curso foi financiado pela CADES (Campanha de Desenvolvimento do Ensino Secundário), ligado ao MEC, diferentemente do curso de psicologia, que nunca recebeu neste período um financiamento do Estado. O surgimento deste curso se ligava também ao grande interesse que havia na época em fortalecer a atuação do orientador educacional, recebendo muito apoio pelo MEC, através da CADES. Havia uma congruência do Governo e da Universidade Católica para valorizar a orientação educacional, representada neste momento pelo pe. Benko. O próprio pe. Benko via a CADES (Saalfeld, 1958) como representando "o verdadeiro despertar da orientação educacional". Ele descrevia como a CADES liderou 2 movimentos em relação à orientação educacional:

- "1) despertar a consciência dos educadores brasileiros,
- 2) incentivar a formação dos orientadores".

Neste sentido foram organizados simpósios sobre orientação educacional, reunindo mais ou menos 2.500 participantes, foram organizadas "jornadas de diretores" para mostrar a importância da orientação educacional. E surgiu o curso de orientação educacional no IPA.

Se se pode notar no início da gestão Benko, uma grande preocupação com a orientação educacional - que vemos como de certo modo representando a abordagem psicológica dentro da educação, especialmente na sua área profissionalizante - houve também uma certa preocupação com a superposição dos 2 profissionais.

"Talvez seja consequência desta situação a indecisão que se manifesta com respeito à delimitação necessária entre as áreas de competência da orientação educacional e da psicologia. As 2 coisas, apesar de terem muitas ligações, são diferentes. Mas até agora existem poucos psicólogos verdadeiramente formados. Assim os orientadores educacionais sentem uma grande falta quando se trata de encaminhar ou dar assistência adequada aos casos mais difíceis ou quando se apresenta por exemplo a questão do estudo teórico-científico de um ou outro problema da adolescência. Por um lado a falta de psicólogos especializados, por outro lado a influência da corrente de psicologia escolar francesa e finalmente o fato de terem estudado algumas matérias de psicologia no seu currículo de orientação, os orientadores se lançam num campo para o qual não foram verdadeiramente preparados. A orientação educacional é essencialmente uma tarefa educativa. Portanto deve ser realizada por professores que tenham experiência didática e que estejam integrados na vida escolar normal, quer pessoalmente, quer no que diz respeito à sua atividade orientadora. Já a psicologia é de sua parte uma ciência. Mesmo em seus ramos aplicados, ela não pode ser considerada uma atividade educativa normal. Logo seria um erro querer o orientador se fazer de psicólogo ou o psicólogo querer transformar a escola em "clínica" ou em "centro de consulta e de tratamento". Para resolver estas dificuldades, os orientadores, psicólogos e educadores terão que delimitar suas funções ao mesmo tempo que promover uma estreita colaboração em seu trabalho" (Folheto do IPA)

Na época em que havia os 2 cursos no IPA, uma série de cadeiras era comum às 2 turmas. Toda a ênfase do curso de orientação educacional era na formação psicológica. As cadeiras que recebiam maior carga horária eram: Princípios e Prática da Orientação Educacional (3 aulas), Psicologia Educacional (3 aulas), em que a ênfase deveria ser dada ao conhecimento do adolescente; Técnicas de Exame Psicológico (3 aulas). Noções de Estatística (1 aula). Em técnicas de exame psicológico, dava-se técnicas de entrevista e testes de inteligência, interesse e personalidade. (Benko, 1957)

Além do pioneirismo, visível pelas atividades descritas, o curso de psicologia da PUC também teve importância para se conseguir a regulamentação.

'O curso da PUC teve grande força propulsora e desencadeadora da lei de 62''.

... 'Os alunos do curso da PUC iam bater lá no MEC: o que vocês vão fazer conosco? Nós fizemos um curso universitário.

... Talvez este fato de ter pessoas já formadas, tenha também mostrado ao MEC a necessidade de fazer alguma coisa''.

(entrevista com Aroldo Rodrigues)

Mas de certo modo todos os cursos e atividades desenvolvidas até então, começaram a formar uma nova categoria profissional: o psicólogo.

7 - A REGULAMENTAÇÃO

Finalmente, será abordada a regulamentação do profissional psicólogo. A ênfase neste capítulo é menos com seu significado enquanto símbolo de garantia, força, prestígio, coesão para a profissão, e mais com a participação dos psicotécnicos em relação ao assunto, e que pontos enfatizaram no seu anteprojeto.

Cunha (1977, p.16) fala da regulamentação como um tipo de instituição medieval, representando na época o núcleo do arcabouço jurídico das corporações de ofício:

"A regulamentação consistia num conjunto de normas que regulava os padrões de trabalho, de preço, de qualidade e outros. Seu sentido era duplo: era uma tentativa do poder público de conciliar os interesses dos membros de uma categoria profissional de terem o privilégio da produção de certas mercadorias e dos consumidores, de terem garantias de suprimento, qualidade e preço". (p.16)

Estas características se mantiveram, representando a regulamentação o reconhecimento de uma profissão por parte do Estado, dando-lhe uma configuração mais nítida em termos de atribuições e limites. Pode representar um fortalecimento em termos de mercado de trabalho. O posterior desenvolvimento em psicologia clínica, que no fim dos anos 60, início dos 70 assumiu a forma de "boom" foi possibilitado de certa forma pela regulamentação, em que a questão do "ajustamento" era a brecha pela qual o atendimento psicoterápico se oficializava.

A regulamentação era, como já pode ser visto, uma preocupação desde o pessoal do laboratório do Engenho de Dentro.

Mas a partir dos trabalhos aplicados, a questão foi se co-

locando com maior ênfase: neste sentido o ISOP e a Associação Brasileira de Psicotécnica, criada em 1950, tiveram uma atuação determinante. O ISOP/ABP em 1953 elaborou anteprojeto que foi enviado ao Ministro da Educação, representando o primeiro ante-projeto sobre a questão no Brasil.

Em 1955, o I Seminário Latinoamericano de Psicotécnica se preocupou com a regulamentação, emitindo um voto no sentido de que fosse dado andamento ao projeto da ABP.

O anteprojeto da ABP propunha duas formas de atuação: o Bacharel e a Licença. A licença teria três tipos de especialização, todos fundamentalmente práticos: psicotécnica da educação, psicotécnica do trabalho e psicotécnica do ajustamento clínico. Esta proposta diferia substancialmente do anteprojeto enviado em 1958 pela Comissão de Ensino Superior, da qual Lourenço Filho era relator. Este 2º anteprojeto parece ter sido a transformação do 1º, que não foi adiante. Neste 2º texto ficava nítido o conflito com os médicos, e a tendência a deixa-los manter exclusividade em relação ao atendimento psicoterápico. Assim, ao nível de licenciatura haveria 2 tipos de especialização: pesquisa e aplicada. Já a parte aplicada teria apenas dois tipos de especialização: aplicada à educação e ao trabalho, não se colocando a especialização em clínica. E também se vedava a possibilidade de:

"chefiar e organizar um serviço de psicologia clínica".

pois:

"requerem a direção de médico devidamente capacitado".

(projeto nº 3.825-A de 1958 - A de 1958

Diário do Congresso Nacional 4/8/59 - ABP julho/dez/1959 p.89).

Aceitavam a possibilidade do psicologista funcionando como "assistente técnico". Ao falar de estágio, dizia:

"Os Institutos anexos às Faculdades de Filosofia poderão igualmente manter serviços de psicologia clínica, desde que sob direção de médico especializado em psiquiatria) - art. 12 parágrafo 1º.

(projeto nº 3,825 - A de 1958 - Diário do Congresso Nacional 4/8/59 - ABP, julho/dez/1959 p.89).

No parecer nº 412 da Comissão de Ensino Superior, anexo ao anteprojeto, a questão era colocada claramente:

"Não cuida no entanto o anteprojeto da regulamentação de especialistas em psicologia clínica, dado que julgou a Comissão que essa parte deve ser no âmbito da profissão médica com a qual tem relações muito estreitas. A Comissão formula um voto no sentido de que as faculdades de medicina estabeleçam logo que oportuno, as bases de estudos necessários, disciplinando a especialidade".

(projeto nº 3,825 - A de 1958 - Diário do Congresso Nacional 4/8/59 - ABP, julho/dez/1959 p.102).

✕ Se neste anteprojeto ficava clara a influência de médicos se contrapondo à atuação em clínica por parte do psicólogo, ficou evidente que o projeto da ABP apoiava atuação do psicólogo em clínica.

De duas associações de São Paulo surgiu um substitutivo que foi o aproveitado para a posterior regulamentação. Este se colocava também claramente a favor das 3 especialidades aproximando-se do anteprojeto da ABP. Ligada à especialidade clínica, o "ajustamento" tornou-se uma atribuição do psicólogo. O caminho para a clínica estava aberto.

Um outro aspecto a ressaltar, foi como o 1º anteprojeto se

colocava em relação ao orientador educacional: o curso de licenciatura em psicologia aplicada à educação claramente era um curso para o orientador educacional. Isto ficava bem visível pelas matérias: teorias e prática de medidas escolares, teoria e prática da orientação educacional, administração escolar. Na 2a. série: teoria e prática da orientação educacional, teoria e prática da entrevista psicológica, teoria e prática da pedagogia terapêutica.

"São admitidos bacharéis em pedagogia, desde que aprovados em exames de estatística e psicologia da personalidade, e julgados suficientemente nas provas de personalidade a que se submeterem".

(Mello, S., 1975, p.136).

A parte prática dos cursos licenciados de psicologia aplicada à educação, de acordo com o anteprojeto da ABP deve ser realizada:

"em centros de orientação educacional ou em institutos de pesquisas educacionais, em que se realizam atividades de orientação educacional".

(Mello, S., 1975, p.136)

Não haveria 2 especializações, 2 profissionais diferentes: haveria apenas o psicólogo licenciado em psicologia da educação.

Também o anteprojeto de 58 colocou o orientador educacional tendo sua formação dentro do curso de psicologia. Pedia que provisoriamente o diploma de bacharel de psicologia fosse suficiente para autorizar o ingresso em cursos de emergência para habilitação de orientadores educacionais de ensino médio. Este curso seria de um ano. A previsão era feita de que a vista do número de profissionais registrados em psicologia científica e aplicada, estes cursos fossem desaparecendo. (ABP, julho/dez/1959)

O substitutivo paulista, apesar de incluir a orientação educacional como função privativa do psicólogo, não especificava sua formação. Isso possivelmente teve influência para que na regulamentação de 62, o orientador educacional não estivesse incluído.

No início dos anos 60, no Rio, houve, uma tentativa no sentido de unificar os 2 profissionais. Franco Seminário e um grupo de orientadores educacionais se movimentaram neste sentido, sendo com esse propósito fundada uma associação, o CEO (Centro de Estudos de Orientação). O orientador educacional seria reconhecido como psicólogo. O curso de orientação educacional, que funcionava a nível de pós-graduação, deveria ser transformado em curso de psicologia, e devidamente enriquecido e aumentado.

A associação recém-formada realizou algumas reuniões com orientadores educacionais, no sentido de mobilizá-los para esta luta, já que a regulamentação do psicólogo estava em andamento. No entanto esbarrou com a oposição de orientadores educacionais, basicamente pessoas formadas pela PUC, e posteriormente também pela Santa Úrsula. A argumentação girava ao redor do caráter pedagógico do orientador educacional, que se perderia se fosse incorporado dentro de um curso de psicologia. Por parte dos psicólogos que tinham estudado na PUC esta proposta não despertou interesse, na medida em que o curso de psicologia naquela época já durava 4 anos.

Como a maior parte dos orientadores educacionais eram os formados pela PUC, a questão não foi adiante.

Um terceiro aspecto do anteprojeto da ABP, foi a idéia de "mandato universitário" que implicava na realização de convênio entre a Universidade e serviços de "reconhecida idoneidade", que tivessem pelo menos 2 anos de funcionamento regular, e fossem especializados. Para a especialização em educação, seriam centros de orienta-

ção e seleção profissional que tivessem "suficiente movimento de casos"; e finalmente os de psicologia clínica em "serviços de psiquiatria ou clínicas psicológicas".

Cunha (1980) mostra como esta era uma forma de funcionamento colocada no Estatuto das Universidades Brasileiras, vista como trazendo maior flexibilidade. Descreve como a Universidade do Rio de Janeiro atribuiu mandato universitário ao Instituto Oswaldo Cruz e ao Museu Nacional.

No entanto esta forma de organização, que atenderia às possíveis aspirações do ISOP no sentido de se ligar mais estreitamente ao meio universitário oficial, não foi bem aceita. Apesar de o anteprojeto de 58 mostrar como eram necessários serviços de psicologia aplicada, já que:

"não se trata, no caso de formar eruditos, mas pessoas capacitadas a bem aplicar conhecimentos e técnicas...

... não bastando, com efeito, instalações. Serão necessários serviços abertos ao público, afim de que neles se reflitam as exigências reais da vida social, a que a psicologia aplicada procura atender...

A desejada formação humana de psicologistas requer casos concretos, dentro de realidades sociais concretas a serem examinadas segundo os melhores princípios da ciência e da ética".

(ABP, julho de 1959, p.101)

Entretanto o anteprojeto terminava se colocando contra, na medida em que esta proposta provocou protestos por parte dos professores, que a viam como medida "de difícil execução "e até perigosa". Isto determinou sua retirada no anteprojeto aprovado.

A regulamentação teve um papel muito importante em termos de valorizar a profissão na medida em que ficou determinada a ne-

cessidade do curso superior para seu acesso. Isso implicava em definitivamente deixar de correr o risco de ser uma profissão "média", de tipo "técnico" para a qual não seria necessária a Universidade. Esta questão deve ter preocupado: o próprio nome psicotécnico era mal visto em parte porque ressaltava os aspectos técnicos. Em artigo especialmente escrito a este respeito, Eliezer Schneider colocou a necessidade de se colocar outro nome exatamente no sentido de mostrar que além de técnico era um profissional de:

"cultura geral e científica com habilitação em assuntos técnicos".

"O sentido implícito de precisão, objetividade, manipulação, exatidão físico-matemática e preparação profissional em nível médio inerente ao termo de 'técnica' na sua acepção usual, não se coaduna com o grau apenas regularmente aproximado de precisão e objetividade, com o caráter secundário e frequentemente supérfluo das manipulações, com a inexatidão matemática em geral e finalmente com a preparação em nível superior próprios do termo psicológico ou psicologista".

(Schneider, Boletim do Instituto de Psicologia, 1955).

Como Mello (1975) mostra, a grande consequência da regulamentação foi a criação dos cursos superiores como única via de acesso à profissão.

Esta questão, assim como a retirada da função do orientador educacional, pareceram ter reforçado o caráter de elite do profissional que surgia.

CONCLUSÕES

Este pedaço da história tratou do surgimento de um novo profissional, situado de certo modo entre o médico e o pedagogo. Vê como sua a missão de ajuda, de cura, de recuperação, ao mesmo tempo em que lida também com valores, com processos de aprendizagem.

Apesar de se ensaiar durante o Estado Novo, recebendo para isto algum apoio do Estado. só depois da 2^a Guerra criou-se uma demanda mais estável: a demanda pareceu vir por um lado de uma classe média, com valores que começavam a sofrer um processo de mudança; por outro lado, dentro de um sistema industrial/empresarial que buscava uma maior organização, visível principalmente naquele momento pela seleção de sua força de trabalho.

O novo profissional, oriundo de classe média, tem aspirações elitistas, visíveis principalmente pelo desejo de se tornar um profissional liberal: ser autônomo e não assalariado, determinar sua clientela e o que fazer com ela parece ter sido desde o início uma de suas grandes aspirações. Ser terapeuta representava a realização deste anseio já que implicava numa liberdade e independência, impossíveis para os profissionais enquanto inseridos dentro de uma instituição como assalariado. Ser assalariado representava ter atribuições, deveres e controle estritos, estar sujeito a normas e regras burocráticas as vezes conflitantes com as propostas e interesses do profissional.

No fim dos anos 60, possivelmente em função do aumento e enriquecimento da classe média, assim como pela regulamentação da profissão, a via clínica torna-se possível, surgindo a demanda. Os psicólogos ousam então o confronto com psiquiatras e psicanalistas, hegemônicos, até então e que tinham freado sua ação. Começam

do pelo atendimento a crianças, para posteriormente lançar-se às de mais faixas etárias, passou de um atendimento de caráter diagnóstico, auxiliar, para um trabalho terapêutico, que com o tempo foi assumindo formas diversificadas, como a terapia de casal, orientação a pais, terapia breve, terapia de grupo. No Rio de Janeiro manteve-se predominante o referencial psicanalítico.

Os anos vistos caracterizaram o psicólogo como assalariado geralmente inserido dentro da estrutura do Estado, ou dentro de uma instituição em que a empresa e o Estado estavam associados. Já a partir da regulamentação isto parece ter se modificado, afastando-se o psicólogo mais e mais não só do assalariamento, como também das esferas públicas.

Corresponde a um movimento recente - a última década - a tentativa de obter um espaço mais frequente dentro da estrutura pública. Isto fruto de um mercado saturado de profissionais, associado a uma classe média perdendo seu poder aquisitivo, voltando o assalariamento a colocar-se como uma opção necessária e até desejada para o profissional.

Ao longo deste trabalho focalizamos com especial atenção a orientação e seleção profissional, na medida em que pareceram corresponder às principais práticas psicológicas nestes anos iniciais. Apesar de acopladas, estas duas atividades evoluíram de modos diferentes: a orientação profissional recebendo cobertura de organismos internacionais tipo Unesco e Organização Internacional do Trabalho, governamentais se revestia sempre de uma característica humanista, prometendo ao trabalhador uma satisfação profissional, "alegria no trabalho". Na época via-se isto podendo ser conseguido através do ajustamento entre as características (aptidões) inerentes ao indivíduo com os trabalhos existentes. A orientação profissional é vista como uma saída para os conflitos entre

capital e trabalho.

A orientação profissional pareceu encontrar um nicho dentro da educação: mesmo que em muitos momentos existindo mais formalmente do que de fato, foi institucionalizada dentro da rede de ensino oficial.

Assim acabou por se criar uma superposição de tarefas entre o educador e o psicólogo, isto passando a criar, principalmente em anos difíceis para a classe média, como tem sido os últimos, uma série de disputas em termos de mercado de trabalho. Esta disputa em realidade se dá em todas as especialidades da psicologia, e também não é exclusivo do psicólogo, parecendo-se dar com mais frequência entre profissionais de nível superior.

A orientação profissional foi por outro lado transformando-se também em um atendimento terapêutico com características específicas, sendo executada aí com exclusividade pelos psicólogos.

Já a seleção, apesar de ter-se difundido muito, talvez mais nas empresas privadas, foi sofrendo um processo de questionamento, especialmente enquanto realizado apenas através de testes. Geralmente ficou sendo visto como um tipo de trabalho muito vinculado aos interesses do empregador, exigindo por parte do psicólogo uma adesão aos mesmos. Geralmente há tensões, conflitos mais ou menos explícitos, sendo visto como uma tarefa apenas útil em termos da retribuição financeira.

De qualquer modo, a evolução das duas atividades mostra bem a divisão que existe da identidade do próprio profissional: se valoriza e vê bem o trabalho clínico identificado com o psicanalítico, vê geralmente com desprezo o trabalho dentro da empresa. O trabalho de seleção, por exemplo, é visto como mecânico, estereotipado, pouco criativo e fidedigno. Já no clínico o caráter artesanal e artístico de tarefa atrai de modo especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. - Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, Lisboa, 1965.
- ANUÁRIO da PUC
- BARITZ, L. - The servants of power - New York, John Wiley & Sons, 1965.
- BAUMGARTEN, F. - Relatório das atividades da Associação Internacional de Psicotécnica, Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, julho/setembro/49.
- BAUMGARTEN, F. - Progrés de la Psychotechnique - 939-45, Francke, Bern, S.d.
- BENKO, A. - Preparo técnico e condições de estágio - publicação CADES, 1957.
- CABRAL, A. - A psicologia no Brasil - Boletim CXIX - Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1950.
- CHLEUSEBAIRGUE, A. - Orientação Profissional - Barcelona, Editorial Labor, 1934.
- CUNHA, L. A. - A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas - mimeo 1981.
- CUNHA, L.A. - Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio, Rio de Janeiro Eldorado, 1977.
- CUNHA, L.A. - A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas, Rio de Janeiro, Civilizaçãp Brasileira, 1980.
- DANNEMANN, R. - Análise das profissões comerciais - publicação nº 17, SENAC, 1952.
- FETTERMANN - O curso extraordinário de orientação, seleção e readaptação profissional - Revista do Serviço Público, maio 1946.

FOLHETO DO IPA, 1954.

GRABOIS, J. - À Margem da Psicologia - Jornal do Comércio, 1/2/31.

GRINSPUM, M. - A importância da orientação educacional no processo educativo - Tese IESAE, 1976.

KAYZENSTEIN, B. - A orientação profissional no Brasil - Arquivos / Brasileiros de Psicotécnica, junho-set/1950).

LOURENCO FILHO, M. - Aula inaugural do curso de formação de psicotécnicos para orientação e seleção profissional da F.G.V., 1948 - mimeo.

LOURENÇO FILHO, M. - A Psicologia no Brasil in: "As Ciências no Brasil, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1950.

MANGE, E. - O Senai - Boletim Senai, 1945.

MANGE, R. - Evolução da psicotécnica - ABP, março, 1956.

MAYO, E. - The human problems of an industrial civilization, New York - The Viking Press, 1933.

MEDEIROS, M. - Estradas de ferro e ensino industrial: um estudo de caso - tese de mestrado IESAE/FGV 1980, Rio de Janeiro.

MELLO, S. - Psicologia e Profissão em São Paulo, Ensaios 16, Editora Attica São Paulo, 1975.

MIRA y LOPEZ, E. - Quem deve realizar a orientação profissional, Revista do Serviço Público, abril 1946.

MIRA y LOPEZ, E. - Problemas fundamentais da orientação profissional - Boletim do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, abril/junho, 1951.

MUENSTERBERG, H. - Psicologia de la actividad industrial, Madrid, Daniel Jorro Editores, 1914.

MUNIZ, M.J. - A orientação educacional e profissional no SENAC - Boletim Técnico do SENAC, 1981.

O Instituto de Psicologia - publicação interna.

- PIERON, Henri - Breve História da Associação Internacional de Psicologia Aplicada - ABP mar/jun 1958.
- PONTUAL, J. - Assistencia psicotécnica à empresa, Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, setembro 1952.
- RADEKA, H. - À margem da psicologia - Jornal do Comércio, 5/4/31.
Revista SENAI - outubro 1950.
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - 7 anos de atividade do INEP, outubro 1945.
Revista do Serviço Público ano I nov. 1937.
- SAALFELD, L. - Orientação e aconselhamento - AEC, Rio de Janeiro, 1958.
- SCHNEIDER, E. - Psicologia e Psicotécnica - Boletim do Instituto de Psicologia - maio/junho 1955.
- TAVARES, L. - À margem da psicologia - Jornal do Comércio, 1/3/31.
- VIEIRA, M. V. e outros - O exame psicotécnico de motoristas, Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, dez.1953.
- WALTER, L. - Psicologia do trabalho industrial, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1963.
- WANICKI, F. - O SENAC e a educação permanente, Publicação SENAC, 1980.
- WEIL, P. - Primeiro Congresso de Organização Científica do Trabalho em São Paulo, Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, mai/jun. 1951.

ARTIGOS DE JORNAIS:

- 1 - Rotary Club de Copacabana, 31/3/52 ano III n° 37.
- 2 - Estabelecido o exame psicotécnico para os motoristas , Correio da Manhã, 29/3/51.
- 3 - Iniciada a seleção psicotécnica para os motoristas de coletivos - O Jornal, 3/4/51.
- 4 - Começaram os testes psicotécnicos, Correio da Manhã, 4/4/51.
- 5 - Começaram os testes psicotécnicos, Correio da Manhã, 4/4/51.
- 6 - Atenção, motoristas, A Noite Ilustrada, 10/4/51.
- 7 - Não há demora nos exames psicotécnicos, O Globo, 9/4/51
- 8 - Não há demora nos exames psicotécnicos, O Globo, 9/4/51
- 9 - Vendo o ISOP por dentro , Jornal não indicado 19/10/51.
- 10 - Loucos e bêbedos no volante , O Cruzeiro, 26/1/52.
- 11 - A Noite s/data
- 12 - Loucos e Bêbedos no volante - O Cruzeiro, 26/1/52
- 13 - Resultados surpreendentes dos exames psicotécnicos, Diário Popular, 20/3/52.
- 14 - Ganha terreno o psicotécnico nas atividades nacionais, Diário Popular, 19/3/52.
- 15 - 12,43% de inabilitados nos exames psicotécnicos em 1952, O Jornal 15/5/52.
- 16 - Arlindo Silva, Loucos voltam aos volantes - O Cruzeiro, out/1952.
- 17 - A lei exige o psicotécnico - O Globo , abril 1953 - sem data.
- 18 - Estão sendo devolvidas as carteiras dos motoristas incapazes, O Globo sem data, abril 1953.
- 19 - Estão sendo devolvidas as carteiras dos motoristas incapazes, O Globo sem data, abril 1953.
- 20 - Estrela soltou a morte na rua - Diário da Noite, sem data (fim de abril de 1953).

- 21 - Decide o Tribunal de Recursos que o psicotécnico é legal, O Globo, 27/4/53.
- 22 - Estrela no Tribunal colhido de surpresa, Diário da Noite, 28/4/53.
- 23 - Estrela no Tribunal colhido de surpresa, Diário da Noite, 28/4/53.
- 24 - O professor Mira y Lopez desafia Estrela: Pura ingenuidade exames psicotécnicos a 5 cruzeiros na polícia e acrescenta Não custam 250 mas 100 cruzeiros no ISOP somente para os que podem pagar, A Noite, 30/4/53.
- 25 - Verdadeiros criminoso- ou suicidas em potencial dirigem carros nas ruas do Rio, O Dia, 3/5/53.
- 26 - Não é evitar desastres o objetivo fundamental do exame psicotécnico - O Dia 8/5/53.
- 27 - O presidente da F.G.V. responde a Estrela: Desserve população contrapondo-se aos exames psicotécnicos, Diário da Noite, 9/5/53.
- 28 - Tornado obrigatório para todos os motoristas o exame psicotécnico, Diário da Notícia, 9/6/53.
- 29 - Última Hora, 10/6/53.
- 30 - Maquinistas dos trens precisam de mais assistencia e descanso, Correio da Manhã, 27/5/58.
- 31 - ISOP julga inaptos maquinistas de trem, Diário Carioca, 22/5/58.
- 32 - Sindicato dos ferroviários lança apelo a todos os associados: mais vigilância, Última Hora São Paulo, 27/5/58.

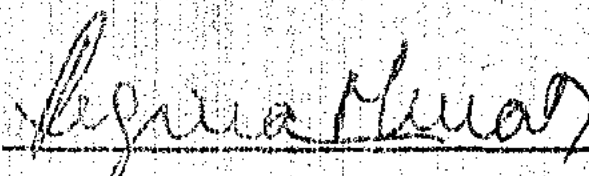
LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS:

- Achilles, Fernando
- Benko, Antonius Pe.
- Camargo, Heloisa
- Campos, Francisco
- Carnavale, Walter
- Cavaliere, José
- Correa, Silvério Manoel
- Florence, Edwiges
- Galland, Alice de Mira
- Grabois, Jaime
- Lippmann, Haus Ludwig
- Martins, Otávio
- Moreira, Maria Thereza
- Mravak, Pe.
- Penna, Antonio Gomes
- Reis, Ione
- Ribeiro, Athayde
- Rodrigues, Aroldo
- Schneider, Eliezer
- Seminério, Franco
- Tchaikowsky, Fanny
- Veloso, Pe.
- Vieira, Danyl
- Vieira, Marcus Vinicius M.
- Vital, João Carlos

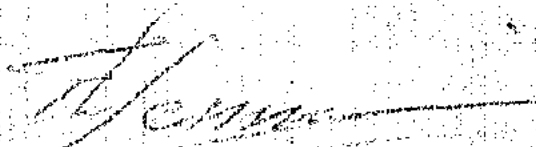
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



Anamaria Ribeiro Coutinho
PUC/RJ - Deptº de Psicologia
orientadora



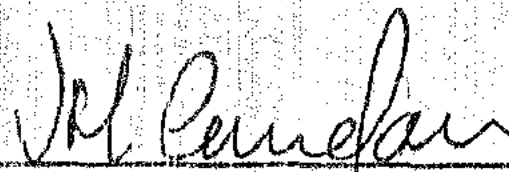
Regina Maria Murat
PUC/RJ - Deptº de Psicologia



Franco Seminério
FGV - Fundação Getúlio Vargas

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 01 de junho de 1982.



Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas.